



SAÚDE E TRABALHO

Histeria: dramática resposta da operária

A operária cearense M.J.S., de 23 anos, quebradeira de castanha, mãe de dois filhos, foi levada a uma clínica psiquiátrica de emergência porque se apresentava permanentemente espantada, gritava muito e tinha as mãos trêmulas. Na clínica, confessou mais tarde que há meses sentia uma intensa e contínua dor de cabeça, impaciência, impulsividade («só faltou matar as crianças»), insônia e falta de disposição para o trabalho («vou entrando na fábrica e já vai me dando uma vontade de desmaiar»). Disse ainda que não aceita mais sexualmente o marido e quer se aposentar, aos 23 anos.

Os psiquiatras Gilson Holanda e José Jackson Coelho, que a atenderam, não se espantaram com o caso. Ao contrário, o que vem espantando os dois há tempos é a enorme incidência de casos semelhantes em sua clínica em Fortaleza. Num período de 30 dias, entre 125 castanheiras atendidas, 100 apresentaram o mesmo diagnóstico de M.J.S.: neurose histerica (outras 18 apresentavam a neurose histerica associada a outras neuroses, como ansiedade, depressão, etc).

Preocupados Gilson e Jackson fizeram uma pesquisa sobre as origens destes distúrbios. Os resultados, muito interessantes, foram publicados no último número da revista Rádice, de psicologia, que se encontra nas bancas.

As castanheiras, revelam, vivem num regime de fazer inveja à era da revolução industrial: trabalham 10 horas por dia para conseguir o equivalente ao míngua salário-mínimo regional; não são registradas; não têm tempo para almoço; e quando conseguem parar é para comer mel de rapadura com limão, só. A cada mulher dentro da fábrica correspondem duas ao lado de fora, desempregadas aguardando vagas. Trabalham em pé e apoiadas numa única perna, conforme revela a reportagem de Rádice: «Quase absolutamente mudas, mãos e antebraços melados em óleo de mamona para neutralizar o leite cáustico da castanha, milhares de mulheres se entregam ao seguinte exercício robotizado: com a mão esquerda recebem a castanha da «tiradeira», com a direita movimentam a alavanca de quebrar, com a perna direita pedalam a esteira onde as castanhas se acumulam e com a perna esquerda sustentam o corpo».

será possível evitar que outras operárias cheguem ao estado de M.J.S., para quem sequer a vida tem finalidade, conforme confessou: «Nada presta mais. Antes morrer».

Por essas e (muitas) outras é que as operárias são levadas à histeria, conforme concluem os psiquiatras: «O diagnóstico da neurose histerica está se tornando apanágio de pobreza. O século XIX viu a histeria como um adoecimento feminino de fundo sexual. Estamos vendo a neurose histerica como doença da pobreza, independentemente de sexo, como resposta dramática, concreta, imediatista e estereotipada à violência sócio-econômica introjetada e aos automatismos de um trabalho estafante, sem prazer ou finalidade». E mais: «Estamos convencidos de que não é mais possível continuarmos dando rótulos psiquiátricos a problemas sociais de tal magnitude».

Só com a mudança deste quadro social



Ella: nova investida para fazer as mulheres fumarem mais.

CONSUMO

Uma pitada de charme e de câncer

Até 1950 era bastante reduzido o número de mulheres que fumavam. Daquela época para cá, pouco a pouco, esse comportamento foi se transformando, devido à própria emancipação da mulher e, principalmente, a uma verdadeira bateria de publicidade que os fabricantes passaram a despejar sobre ela.

O que era considerado deselegante passou a ser símbolo de charme e sofisticação. Hoje, no Brasil, pelo menos sete dos 22 milhões de fumantes são mulheres — e esse índice apresenta o impressionante crescimento de 8% ao ano.

Mas as mulheres ainda podem fumar muito mais, acreditam os fabricantes. E é com o objetivo de ampliar este mercado que a multinacional Philip Morris acaba de lançar uma nova marca: Ella, destinada especialmente para o público feminino. É um cigarro mais fino que os demais e que apresenta uma vinheta — com flores — desenhada no filtro.

A PM está certa do sucesso de Ella — inspirado no EVE, já existente nos EUA — graças à intensa campanha publicitária que precedeu o lançamento (até agora só em São Paulo e Santos).

O que a publicidade não lembrou — assim como a de nenhuma outra marca — são as relações entre o aumento do número de fumantes e o de mortes por câncer: desde 1958, a mortalidade por câncer entre as mulheres quintuplicou. Hoje, no mundo, 14% dos nascimentos prematuros ocorrem em virtude do consumo de cigarros durante a gravidez. Um estudo elaborado por médicos norte-americanos já comprovou que as crianças geradas por mulheres fumantes pesam menos que o normal, além de apresentarem desenvolvimento mental mais lento.

São fatos já tão evidentes que em muitos países a publicidade é controlada, e as empresas devem lembrar aos consumidores os efeitos do cigarro sobre seu organismo. Nos EUA, o consumo é quase o mesmo que o de 20 anos atrás, devido a estas restrições.

Para aumentar suas vendas, as grandes empresas multinacionais passaram a descarregar sua publicidade nos países dependentes, como é o caso do Brasil. Os próprios diretores da PM reconhecem, eufóricos, que o consumo no Brasil cresce espantosamente, ao contrário do resto do mundo, onde decresce.

TELEVISÃO

As mulheres despertam de seu longo sono

Por Heloneida Studart*

Sem dúvida Malu Mulher é uma abertura em relação ao mundo (tão silenciado) das mulheres. Não das mais oprimidas e exploradas entre elas, as mulheres das classes destituídas que passam suas vidas carregando lata d'água na cabeça e lutando para colocar um punhado de feijão na panela dos seus filhos e em consequência não chegam a discutir seus problemas subjetivos. Mas é uma abertura ligada à situação das mulheres da classe média, enfrentando questões novas e assustadoras — tais como: desquite, filha sem pai, procura de trabalho e de afirmação e até busca de felicidade fora do casamento. Inúmeras mulheres estão na situação vivida por Regina Duarte no vídeo. A maioria parece ainda mais desarvorada do que ela. Muitas fingem enfrentar friamente a crise de valores. Afinal, tornar-se independente (mesmo que seja apenas financeiramente) é uma espécie de segundo nascimento. Gratifica, mas atemoriza. Alegria, mas impõe imensos perigos. Não há dúvida que vários personagens do programa são estereotipados, como é o caso dos pais de Malu. Estes têm todas as características (sem ambivalência) dos pais maduros que se julgam com direito à gratificação da filha que criaram, mas a quem também cercearam. Seus tiques e cacoetes já foram denunciados por todos os livros feministas, a começar pelo Segundo Sexo de Simone de Beauvoir. O fato de que possam ser denunciados, embora com simplismo, na televisão é um avanço. Significa pelo menos um progresso em relação aos esquemas das telenovelas, onde as relações entre pais e filhos obedeciam a uma moral irreal e tola, com falsos conflitos resolvidos segundo um catecismo maniqueísta. As dúvidas de Malu buscando seu caminho, suas angústias de mulher que rompe os valores do seu meio, vêm impressionando as telespectadoras de maneira positiva, erindo uma discussão útil. Há um dado que me parece particularmente importan-



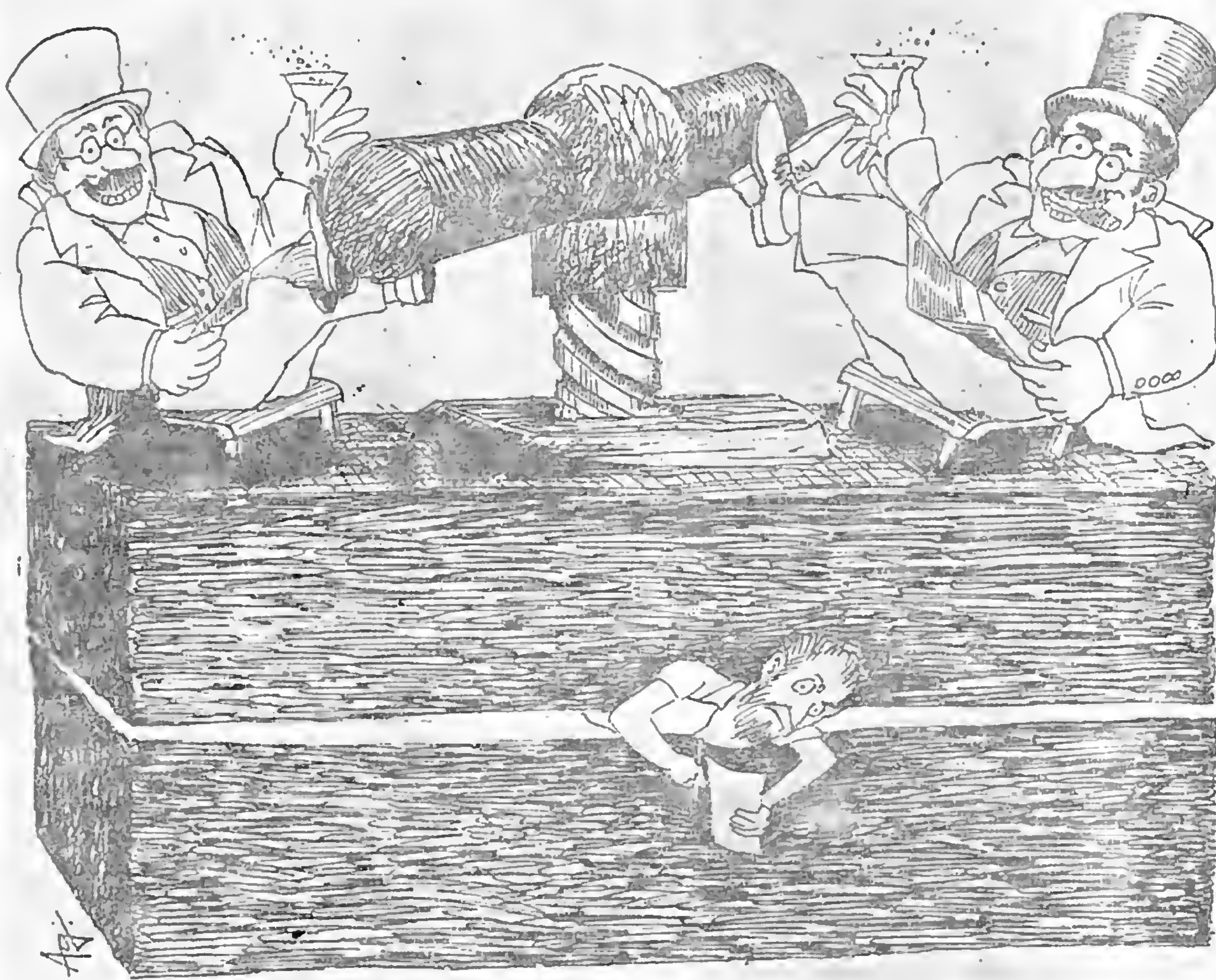
te. A personagem prossegue em sua luta pela felicidade, mesmo depois que a felicidade oficial do casamento falhou.

Se essa busca da felicidade às vezes se confunde com uma simples polêmica em torno do prazer, não muda muito seu mérito inovador. E Regina Duarte emprega, mesmo aos lugares-comuns, sua sensibilidade e seu emocionante talento, levando milhões de mulheres (caladas) a se identificarem com ela.

Acho que o programa foi oportuno, pois oportunas são no momento atual, todas as investigações sobre o mundo feminino. As mulheres, despertando de seu longo sono falando depois de sua tão profunda e antiga falta de participação, são um dos maiores fenômenos dos nossos tempos. Para transformar a face da terra é preciso levar em conta essa transformação de mais da metade da humanidade.

* Deputada estadual pelo MDB do Rio de Janeiro, jornalista e escritora. Entre outros livros tem: «Mulher, objeto de cama e mesa».





Jornalismo da censura, do dinheiro e do poder

Em resposta à violenta repressão dos patrões à recente greve dos jornalistas de São Paulo 12 sindicatos de jornalistas profissionais (*) estão conclamando os outros sindicatos do País para uma Conferência Nacional em São Paulo nos próximos dias 23, 24 e 25. Ao justificarem a reunião, emitem duras críticas aos donos das empresas de informação. Um resumo do documento:

Hoje, mais do que nunca, é necessário uma ação coordenada dos jornalistas em nível nacional para a preservação de bens essenciais à nossa categoria. As empresas se encontram empenhadas na formação de oligopólios de informação, que começam por atingir os jornalistas com a redução do seu mercado de trabalho, o aviltamento dos salários e o desrespeito ao direito autoral. Não se pejam os donos de jornais de utilizar, a preço insignificante, e de forma absolutamente antiética, os trabalhos de corporações inteiras de jornalistas de diferentes Estados. Ainda agora, um dos mais poderosos grupos empresariais da imprensa paulista, a Folha de S. Paulo, trama a extinção de sua sucursal do Rio de Janeiro, que emprega dezenas de jornalistas, e sua substituição por serviços de outros jornais. Os empresários não vacilam também em fechar sumariamente órgãos tradicionais, como se deu há dias com A Notícia, jornal quase centenário do Rio de Janeiro.

Além de privar os jornalistas do trabalho, tais práticas representam lesão irreparável ao direito de informação e de opinião, essencial a toda comunidade. Na verdade, os donos dos veículos de comunicação estão assumindo o controle integral da informação.

Os patrões defraudam a natureza e os

finis do jornalismo, que deve contribuir para o melhoramento da vida social, e não para a consolidação do poder e do dinheiro dos grupos econômicos, a que as empresas de comunicação servem docilmente. Para agir, assim, recorrem à repressão mais brutal, procurando frustrar os movimentos reivindicatórios dos jornalistas através de todas as formas de coação e punindo com violência desmedida as afirmações de unidade da categoria. Foi assim na recente greve de São Paulo, a que se seguiram mais de 170 dispensas sumárias de jornalistas, todas absolutamente ilegais, mesmo à luz da draconiana Lei 4.330, e que alcançaram até mesmo dirigentes sindicais protegidos pelo instituto da estabilidade provisória.

Os jornalistas chamam a atenção das autoridades e do povo para a posição antidemocrática adotada pelos donos dos meios de comunicação, precisamente no instante em que toda a sociedade brasileira reclama a profunda democratização da vida do País em todos os seus aspectos. Os patrões da imprensa já antes se distanciam das aspirações do conjunto da sociedade, do reencontro com a liberdade: a maioria foi submissa à censura. Introduziram, em seus veículos de comunicação, a autocensura como norma e rotina; endossaram o triunfalismo oficial e conestaram a misificação da sociedade por um período prolongado.

Assinam o documento os sindicatos dos jornalistas profissionais de Alagoas, Aracaju, Bahia, Belo Horizonte, Ceará, Juiz de Fora, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Piauí, Pará, Porto Alegre e S. Paulo.

30 crianças precisam de ajuda

As 30 crianças que recebem assistência no Lar Jesus Menino, em Taboão da Serra, são a prova efetiva de que essa ajuda é eficiente, ampla e carinhosa: os menores são saudáveis, alegres, sempre procurando colocar à vontade quem os visita. De manhã, brincam no pequeno quintal da casa que os abriga; à tarde, desempenham pequenas tarefas que a própria irmã Odete, que dirige a creche, lhes pede.

"Nós lutamos com muita dificuldade — diz a irmã — pois existimos há apenas um ano e não contamos com a ajuda de nenhum organismo oficial".

E as dificuldades crescem a cada dia. O custo das utilidades faz com que as despesas também aumentem, mês após mês. Mas irmã Odete — que, no momento, só conta com a ajuda de uma servidora efetiva, e, esporadicamente, com o auxílio de algum voluntário — procura cobrir as faltas com a promoção de campanhas, chás e bazares. "Só assim conseguimos sobreviver e, graças à ajuda de Deus, sempre que falta o arroz, o feijão, na hora do 'aperto', aparece alguma oferta". Ela sofre com os problemas da instituição, empenha-se em solucioná-los e se sente feliz com o trabalho que desenvolve.

Brinquedos e roupas velhas são bem-vindos

O Lar Jesus Menino, uma das poucas entidades em Taboão da Serra a abrigar crianças desamparadas, acolhe menores de até 18 anos. Atualmente, são 30 as crianças (somente dois são meninos) e mais da metade tem menos de um ano de idade. Todas mantidas na pequena casa da praça José Salvador da Silva, n.º 45. Irmã Odete está fazendo uma ampliação no Lar, mas a falta de verbas e de material de construção está retardando muito os trabalhos. As necessidades são muitas, também, desde alimentos e remédios

até roupas de cama, mesa e vestuário.

Tudo pode ser utilizado no Lar Jesus Menino, calçados, fraldas, brinquedos velhos, enfim, coisas que, aparentemente sem utilidade, podem ser transformadas e usadas pelas crianças abrigadas. Quem quiser ajudar irmã Odete nessa tarefa de abrigar menores pode dirigir-se à própria entidade, levando sua contribuição, que poderá ser até o trabalho voluntário, como uma forma de agradecer a Deus a graça de viver e ajudar.

Amparo Maternal

“Por favor, ajudem-nos
a combater a inflação”

O Amparo Maternal, instituição onde nascem 20 mil crianças por ano, está sendo vítima da inflação, que está desequilibrando totalmente o orçamento da Casa. Enquanto isso, as doações permanecem estagnadas. Irmã Anita, a administradora do Amparo faz um apelo para que firmas ou grupos econômicos assumam, pelo menos, a despesa específica como sangue, alimentação e combustível, que representam verbas altas no orçamento da instituição.

“Gastávamos Cr\$ 23 mil para compra de 90 frascos de sangue: neste mês precisaremos de 120 frascos, e agora, nossa despesa será de Cr\$ 45 mil. Nosso ordenado era Cr\$ 900 mil; agora, com o aumento de 50% dos funcionários a folha subiu para Cr\$ 1.500 mil. Assim não há jeito de controlar a inflação. O orçamento está desequilibrado. A inflação parece um balão que não tem tamanho”, desabafou.

ASSUSTADOR

Citando outros gastos, irmã Anita já prevê números mais assustadores para o mês de agosto, quando os medicamentos terão aumento na ordem de 30 por cento.

A contadora do Amparo Maternal, Regiane, completa o quadro traçado por irmã Anita:

"Antes se abatia 100% do imposto de renda, caso alguém resolvesse fazer doação para nossa entidade ou outra entidade qualquer. Pois bem, a lei agora mudou: pode-se descontar apenas 10% do Imposto. Claro que as pessoas fazem doações por interesse; é muito raro fazer doação motivado pela filantropia".

FRUTO DA ESTRUTURA

Irmã Anita diz que a sociedade não compreende que a mãe solteira é fruto de sua própria estrutura social capitalista, e com todas as condições de consumo de hoje e, naturalmente, ao desprezo às pessoas: o apego ao ter, no lugar do ser.

"Não compreende que é ela mesma que leva a isso. Não tendo essa mentalidade cristã de respeito ao outro, ela mesma aumenta o número de mães solteiras e de prostituição. Não compreendendo é ela que forma, despreza e marginaliza a mulher".

Regiane não gosta que se veja o Amparo como uma instituição voltada unicamente ao amparo da mãe solteira:

"Quando alguém me pergunta na rua se eu sei onde fica a casa da mãe solteira eu digo que não conheço. Digo que conheço o Amparo Maternal".

Irmã Anita diz que o Amparo não atende somente a mãe solteira, embora ela represente maior porcentagem, em torno de 60%, mas a mãe pobre. "A migrante que vive na solidão e acaba com um filho no ventre".

CONTINUIDADE

O trabalho do Amparo não termina no parto da mulher:

"Aqui não se confia na Providência Divina, ou seja, não põe na rua. Temos 40 crianças que ficam aqui, que estão sendo cuidadas na nossa creche. Elas vem aqui e depois? Depois não a podemos mandar para a rua. Temos nossa creche movimentada por elas mesmas; temos uma fazenda em Mairinque, onde estão as psicopatas, onde temos 10 mães e 34 crianças. A mãe pobre, desamparada e doente mental. Temos também um trabalho de colocar as famílias nas favelas: damos barraco, comida e remédio para elas. Além disso, ainda arrumamos documentação para muitas mulheres".

MULHER UMA LUTA RUMO À LIBERTAÇÃO

"cadê tua memória, menina, cadê a História que tu tá estudando?"

A tua verdadeira história não te permite esse esquecimento. Tu tens que reagir, tens que buscar de novo aquele NÃO que tu disse que era, tu tens de se vomitar do avesso, tens que trazer tuas raízes, teu sangue e tua revolta, tu tens que participar do mundo, tu tens que SER as coisas que acontecem..."



A Equipe de Direitos Humanos da Região de São Miguel publicou um subsídio para reflexão dos grupos de mães. Trata-se de várias situações nas quais se deve buscar o verdadeiro papel da mulher na sociedade atual.

Qual é o trabalho da mulher no bairro, os clubes de mães na luta pelas reivindicações, a vida de uma mulher operária, de uma mulher camponesa, a mulher-objeto, Maria da libertação, um novo perfil feminino e a Declaração do México no Ano Internacional da mulher: tudo isso é colocado neste livreto sobre a Mulher. Diálogos ilustrados, perguntas para debates em grupos, textos para reflexão caracterizam o subsídio como instrumento apto para estar nas mãos do povo.

A MULHER NO BAIRRO

Desde que o mundo é mundo, a mulher sempre foi vista como um ser inferior, sem direitos, sem valor, diminuída na sua dignidade. Mas nem sempre as mulheres fica-

ram caladas diante dessa situação injusta. Muitos movimentos surgiram. E hoje está em voga o tema da libertação da mulher.

E a experiência tem mostrado que quando elas se organizam, discutem seus problemas e buscam pistas de solução: há uma esperança de transformação. Em muitos bairros de nossa cidade elas estão se organizando em Clubes de Mães. Não só para aprender a cozinhar, bordar ou costurar. Mas principalmente para dar consciência a todas do papel que a mulher deve assumir no bairro onde mora.

A EMPREGADA DOMÉSTICA

"É verdade que estão precisando de uma em-

pregada doméstica aqui?

"É. E o que você tem que fazer é só cozinhar, limpar a casa, lavar e passar a roupa, cuidar das minhas três crianças, fazer a feira, dar comida para os passarinhos, levar os cachorrinhos para passear, e outros servicinhos que sempre aparecem. Você deve chegar aqui às 7 horas da manhã e só pode sair às 9 horas da noite. O salário é de 900,00 por mês e você precisa trazer uma carta de recomendação".

Diálogo incrível, mas as próprias leis do governo colaboram com esta situação. O trabalho de empregada não está regulamentado pela C.L.T.

★ Não existe limite de horas de trabalho por dia.

★ Não existe salário mínimo fixado por lei.

★ A empregada não tem direito a horas extras.

★ Não tem F.G.T.S., nem PIS nem 13.º salário.

★ A empregada tem direito a somente 20 dias de férias, enquanto todos os outros tem 30 dias.

★ Não tem direito a aviso prévio.

VOCE ACHA ESTA SITUAÇÃO JUSTA?

"Além disso não somos tratadas como seres humanos. Pensam que empregada é escrava".

COMPANHEIRAS!

Precisamos nos unir e trabalhar todas juntas apoiando nossos companheiros operários e nossos maridos, lutando juntos chegaremos à nossa libertação. Vamos nos organizar e reclamar nossos direitos. Não atraímos nossas companheiras de trabalho. Somente unidas conseguiremos alcançar a verdadeira libertação da mulher.



**Com a falta de creches
as crianças acabam
sendo deixadas em casa,
sozinhas,
e expostas a toda sorte
de perigos.**

CRECHE

Para cada vaga cem crianças

JORNAL DO VILA 15 JUN 1979

Tereza Clarice Sampalo, moradora do Jardim Klein, saiu de manhã para o trabalho e, como de costume, deixou seus quatro filhos — de seis, seis, três e um ano — sozinhos em casa. O bairro não tinha creche, e com o salário de empregada doméstica não dava para pagar uma creche particular, nem uma vizinha para tomar conta das crianças.

A filha de seis anos resolveu brincar com o litro de álcool, de embalagem plástica, e aconteceu o acidente: a menina pôs logo no álcool e queimou-se gravemente. O auxílio das vizinhas conseguiu evitar que o fogo queimasse o barraco. Mas a criança de seis anos foi internada no hospital, e ficou oito meses em tratamento, depois de sofrer duas operações.

Os acidentes com crianças que ficam sozinhas em casa, como esse do Jardim Klein, são frequentes, e tem aumentado nos últimos anos, embora não se tenha números exatos que os comprovem. Informou Amelinha de Almeida Telles, do Jornal "Brasil Mulher", e membro do Movimento de Luta por Creche, que reúne 46 entidades como clubes de mães, associações de bairro e sindicatos.

E esses acidentes têm todos uma única origem, acrescentou Amelinha. Por causa do baixo salário do pai da família as mulheres são obrigadas a trabalhar fora. Como o salário dos dois

de, enquanto seus pais têm que trabalhar o dia inteiro.

Outras instituições como as escolas da Prefeitura que funcionam com o sistema Planedl — Plano de Educação Infantil — e que atendem as crianças de 3 a 6 anos que são irmãs dos alunos das escolas, também não resolvem o problema para os pais trabalhadores. Porque nestes estabelecimentos, a criança passa apenas algumas horas, e para garantir sua matrícula as mães são obrigadas a faltar ao trabalho duas vezes por mês para comparecer na escola e ajudar a olhar as crianças, pois há só uma professora para cada 120 meninos matriculados.

Por outro lado, as creches propriamente ditas, ou seja, os chamados centros infantis da Cobes (Coordenadoria do Bem-Estar Social), da prefeitura, num total de 102 em toda a cidade, atendem exatamente 9.103 crianças das 980.276 necessitadas desse tipo de atendimento em São Paulo. Ou seja, significa que para cada cem crianças que precisam de creche, existe uma vaga nas creches atualmente em funcionamento.

Essas instituições funcionam com regime de semi-internato, atendendo os filhos de zero a seis anos, das famílias que tem uma renda mensal de até quatro salários mínimos.

Os patrões não cumprem a lei

Enquanto o governo dispõe de um número reduzido de entidades para atender as crianças filhos de trabalhadores, e não apresenta planos próprios de ampliar esse atendimento, se não é pressionado, os patrões, por sua vez, ignoram a legislação do trabalho a respeito das creches.

Segundo a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), artigo 389, as empresas onde trabalham mais de 30 mulheres, com mais de 16 anos, seriam obrigadas a manter "um local apropriado onde seja permitida às empregadas guardar, sob vigilância e assistência, seus filhos, no período de amamentação (de zero a seis meses)".

Além de restringir o período a esses poucos meses, a lei permite que a empresa, em vez de criar sua própria creche, possa manter um convênio com creches já existentes. E não esta-

A DRT não fiscaliza as empresas, os patrões não cumprem a lei e nem são punidos.

belece o número de vagas que esse convênio deve ter, a que distância da empresa ela deve ficar, nem obriga a divulgação, entre as funcionárias, da localização da creche. Finalmente, a lei não prevê a fiscalização da existência desses convênios. Resume-se a determinar que as empresas intratoras pagarem a multa insignificante de 1/5 a dois salários, ou seja, de 450 a 4.500 cruzeiros.

O resultado é que ninguém cumpre a lei. E colaborando para essa burla, a Delegacia Regional do Trabalho, não fiscaliza nem pune os patrões. Tanto que nem sabe dizer exatamente quantas creches de empresas existem em São Paulo. Um técnico da DRT, a propósito, soube "estimá-las" apenas que o número das creches por empresas em São Paulo não deve chegar a 23.

A filha de seis anos de Tereza Clarice, empregada doméstica, estava em casa com os irmãos pequenos. Resolveu brincar com um litro de álcool e queimou-se gravemente.

Juntos não é suficiente para pagar quem olhe os filhos, e como não existem creches públicas que atendam as crianças, elas acabam sendo deixadas em casa, sozinhas, e expostas a toda sorte de perigos.

Como ficam as crianças

De acordo com a Fundação de pesquisas Carlos Chagas, existem em São Paulo quase um milhão e meio de crianças em idade de zero a cinco anos. Entre elas, um milhão são filhas de trabalhadores de baixos salários.

Para trabalhar fora, 48% dos pais e mães dessas crianças — segundo dados de 1971, da secretaria do Trabalho do Estado — deixam as crianças com parentes e vizinhos; 21% deixam os filhos sozinhos; 2% pagam empregadas para olhar as crianças, e 1% apenas dos pais deixam os filhos em creches ou outras instituições.

O baixo número de crianças que ficam em creches é resultado direto da ausência dessas instituições de atendimento dos filhos de trabalhadores.

Onde estão as creches

Além do pequeno número das entidades que podem cuidar de crianças, as existentes nem sempre resolvem o problema para os pais trabalhadores. Por exemplo: os 117 parques infantis da Prefeitura, que atendem 34 mil crianças entre 3 e seis anos de idade, estão concentrados nos bairros centrais da cidade.

Agora essa dificuldade, todos os parques infantis da prefeitura atendem as crianças um período do dia apenas — ou de manhã ou a tar-

Existir já é um milagre

As 102 creches mantidas direta ou indiretamente pela prefeitura de São Paulo, e que atendem as 9.103 crianças em idade de zero a seis anos, estão divididas em três tipos: **as creches diretas** equipadas e administradas totalmente pela Prefeitura. Existem apenas 4 em São Paulo; no Brooklin, Campo Limpo, Consolação e Alto da Lapa. Desde 1972, não são criadas novas creches desse tipo; **as creches indiretas**, equipadas pela prefeitura mas mantidas através de convênios com entidades particulares. A prefeitura paga metade do custo mensal de cada criança (Cr\$ 700,00), para 70% das crianças matriculadas, e a entidade arca com o resto das despesas. São 20 as creches desse tipo; e as **creches particulares**: em número de 78, são aquelas em que as entidades (sociedade amigos de bairro, clubes de mães, etc) que providenciam o prédio e equipamentos. A prefeitura só dá um apoio financeiro mensal, também de Cr\$ 700,00 para 70% das crianças matriculadas.

Se comparadas porém a recomendação da Coordenação de Proteção Materno-Infantil, órgão do Ministério da Saúde, de uma creche ideal, com as creches existentes em São Paulo, principalmente as qualificadas de indiretas ou "particulares", será constatada a existência de um verdadeiro abismo.

Segundo a Coordenação de Proteção Materno-Infantil, uma creche ideal deve ficar próxima do trabalho das mães ou da casa da família da criança, deve prever a facilidade de acesso e manter distâncias de locais que possam trazer problemas à saúde da criança.

Para construção e adaptação de uma creche — que deve atender no mínimo a 30 e no má-

Entre a creche ideal, recomendada pelo ministério da Saúde, e as creches da periferia, existe um verdadeiro abismo.

ximo a 70 crianças — a área total de construção prevista é de 1050 m², e a área mínima recomendada de 15 m² por criança. Deve ainda haver vegetação que não seja venenosa.

Quanto à pintura das paredes, recomenda-se usar cores claras e alegres, de tinta lavável nos berçários, salas de repouso, refeição e recreação. O pessoal necessário deve ser de aproximadamente 31 funcionários no total, dos quais 6 especialistas em tempo parcial e 25 adminis-

tradores e domésticos em tempo integral.

Sem verbas e condições precárias

Sem verbas e sem assistência, as instituições criadas pela iniciativa da população (sejam as chamadas creches indiretas ou as "particulares") não têm condições de observar nenhuma dessas normas. Quando muito — e isso já depende de muito esforço — essas creches existem.

A área livre para recreação, na creche do Jardim Klein, resume-se a um quintal mínimo, entulhado de materiais de construção.

Um bom exemplo é a creche do Jardim Klein, criada pelo clube de mães da região. Instalada numa rua sem asfalto, em frente a um córrego não canalizado e rodeado de mato, a creche funciona numa casa de dois cômodos (com aluguel de 1.500 cruzeiros). Num dos cômodos, ficam a cozinha e um armário com o material didático. No outro, de 3 metros por 4, funciona a "sala de aula", em torno de uma mesa grande e de bancos emprestados; não há carteiras.

A área livre para recreação resume-se a um quintal mínimo, entulhado de materiais de construção que o dono da casa se recusa a recolher. Não há possibilidade, por falta de verba, de fornecer merenda às crianças. As professoras não recebem salários desde a fundação da creche, em outubro. E até agora o funcionamento teve que ser dividido em dois períodos para atender as 30 crianças matriculadas. Apesar de tudo isso, já existem 20 crianças na lista de espera para se matricular.

"A creche vai chamar 'Esforço Unido do Jardim Klein', conta Socorro Pinheiro Oliveira, uma das seis professoras. "Há um ano estamos vendendo rifas, fazendo trabalhos manuais, bazares, para juntar dinheiro para começar a creche".

Mas era preciso que primeiro a Prefeitura garantisse um local para funcionamento da creche. E o clube de mães não tinha representação legal para isso. "Resolvemos, então — continua Socorro — fazer uma diretoria e botar a sociedade amigos do bairro para funcionar. Através dela, conseguimos um terreno provisório para a creche a partir de agosto. É esse aí na frente do córrego. Mas ainda temos que desmatá-lo e arumar verba para construir o prédio."

As 102 creches existentes em São Paulo, atendem exatamente 9.103 crianças das 980.276 necessitadas desse tipo de atendimento.



"Um problema dos trabalhadores"

Apesar das inúmeras declarações de secretários e ministros em relação à importância do amparo ao pré-escolar e da própria existência, na CLT, de um artigo que obriga as empresas a manterem creches, o que se vê é um total desca-

so em torno do problema. Uma explicação para isso pode ser encontrada na forma como o governo e os empresários encaram a mão-de-obra feminina. Abundante e barata, ela serve quando muito para concorrer com o homem no mercado de trabalho, quando é preciso rebaixar os salários. Sem especialização e sem cursos que a profissionalizem, e concorrendo numa faixa onde também a mão-de-obra masculina é abundante e barata — a faixa dos sem especialização — a mulher continua a ter seu trabalho desvalorizado. E em geral, mesmo trabalhando em função igual a do homem, ela recebe um salário menor.

Apesar de tudo, a mulher trabalha

— No entanto, a política de rebaixamento dos salários, nesses 15 anos, obrigou a mulher a trabalhar para ajudar nas despesas domésticas. E como não existem creches, ela vai ao trabalho

deixando os filhos sozinhos ou com parentes, para os quais, muitas vezes, paga uma parte significativa de seu salário.

Quer dizer: a mulher (e, consequentemente a família) é responsável pela solução do problema de guarda dos filhos, se quiser trabalhar. O que evidentemente resulta numa grande economia para os verdadeiros responsáveis pela questão — o governo e os empresários — pois é do magro salário da família, e não das verbas governamentais ou dos lucros dos empresários, que sai o custo pela guarda das crianças.

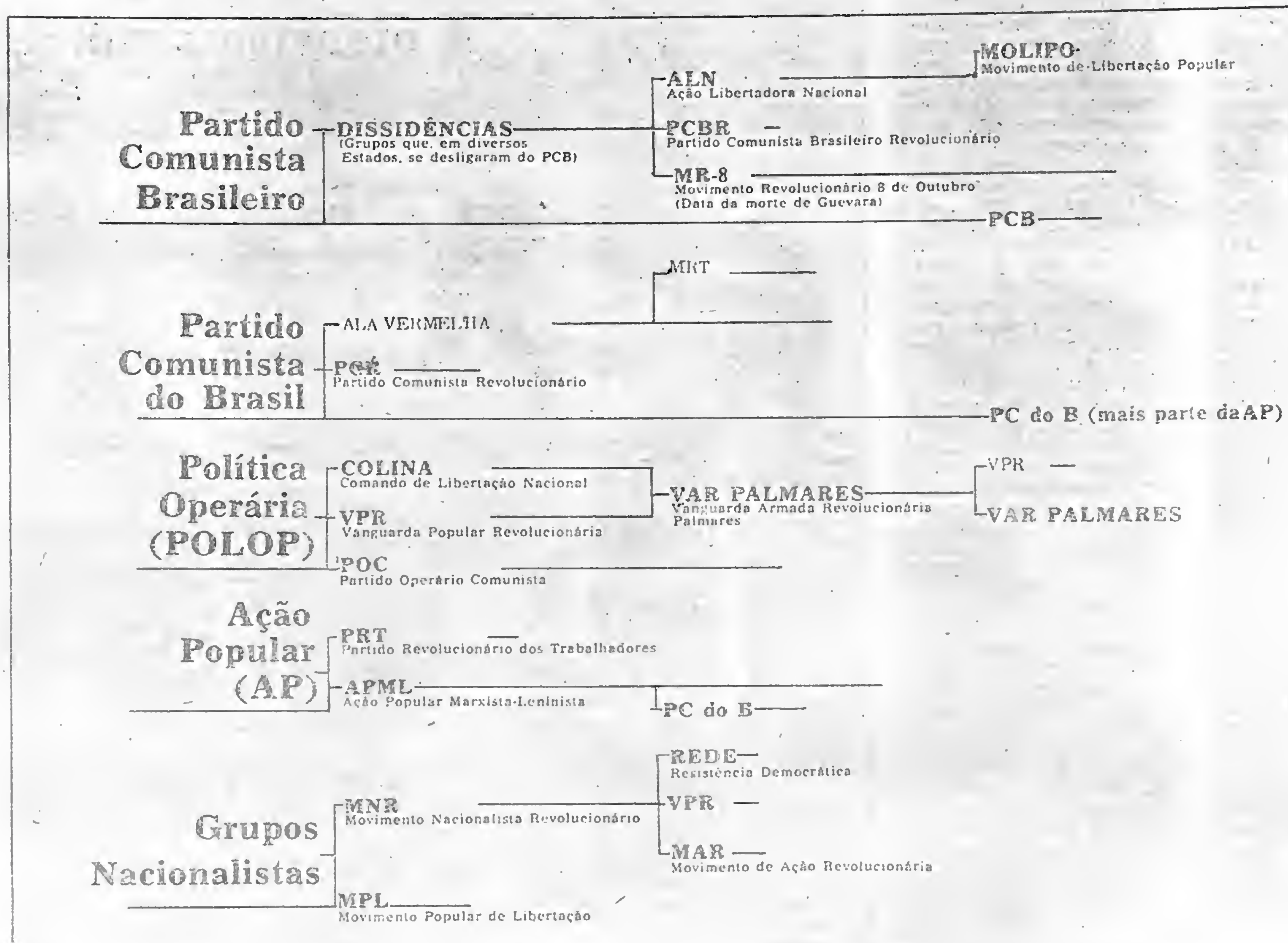
Essa situação, entretanto, tende a mudar. Através dos movimentos por creches nos bairros, as mulheres começam a entender os problemas que estão por trás das negativas do governo e dos empresários. E passam a se organizar para reivindicar o direito que a própria lei lhes garante.

Além disso, começam a contar atualmente com uma pequena mas importante colaboração dos homens que, aos poucos, compreendem que o problema da assistência aos filhos não é tarefa exclusiva da mulher.

A própria unificação da luta por creches num só movimento é um passo adiante na organização dos moradores dos bairros da periferia. Quando for maior e mais avançada, as soluções começarão a aparecer.

Com o golpe de 1964, acelerou-se o processo de diferenciação das forças de esquerda no país, mas as marcas deixadas pela luta contra a repressão provocaram novos e importantes realinhamentos

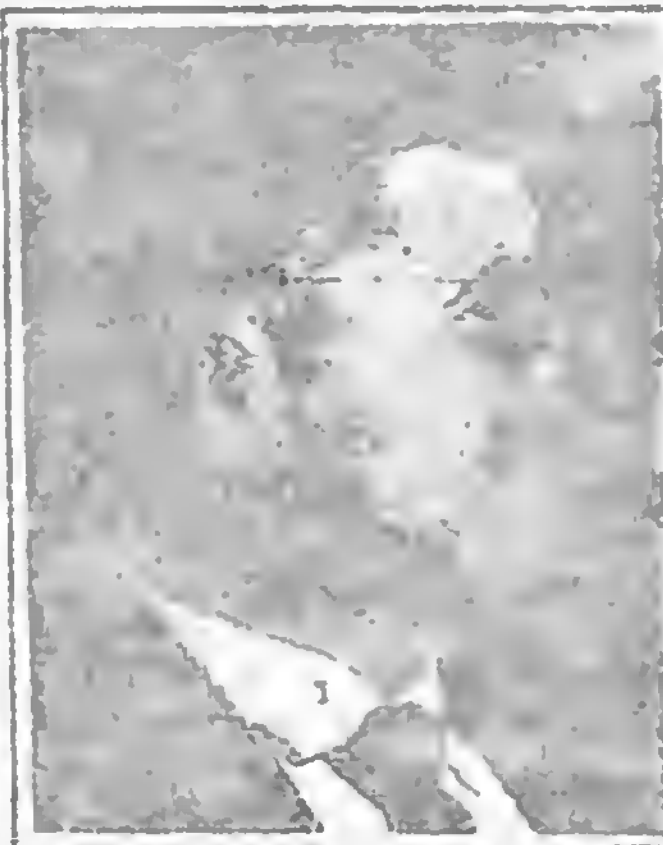
A esquerda organizada, após 64



Lemarça



Marighela



Joaquim Câmara



Stuart Jones



Pedro Pamar

Qual era a situação dos partidos de esquerda no Brasil antes do golpe de 1964 e como ela evoluiu? A grosso modo, e sem de maneira nenhuma pretender apresentar um quadro exaustivo, pode-se identificar as seguintes tendências: uma tendência "marxista", representada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) e pela Política Operária (Polop); uma tendência "independente", egressa do movimento católico, de origem basicamente universitária, representada pela Ação Popular (AP); e uma tendência "nacionalista", representada por vários grupos de civis ou militares, influenciados de alguma maneira por políticos como Brizola e Miguel Arraes.

A tendência "marxista", formada pelas organizações que se denominavam "o partido de vanguarda da classe operária", já havia sofrido uma notável diferenciação logo no início da década de 60, bifurcando-se no Partido Comunista Brasileiro e no Partido Comunista do Brasil. O quinto congresso do PC em 1960 - o último do PC unitário - é precedido por um ano inteiro de debate aberto sobre qual deveria ser a tática e a estratégia do "partido da classe operária" sobre a posição a tomar diante do governo João Goulart - um governo comandado pela burguesia nacional - e sobre as teses aprovadas nos XXº e XXIIº Congressos do Partido Comunista da União Soviética, que pregavam o "caminho pacífico" para a revolução.

Os seguidores da corrente de Prestes acompanham as teses do PCUS e, buscando a legalização do PC, aprovam e retiram dos estatutos do partido objetivos como "a ditadura do proletariado" e o "internacionalismo proletário". De outro lado, uma corrente liderada por Maurício Grabois e João Amazonas repudia a posição de Prestes, que considera "reformistas", e as teses do PCUS, que classifica de "revisionistas", insistindo que as transformações sociais erigidas pela classe operária não se fariam pacificamente.

Após o golpe, durante a preparação e transcurso do novo congresso do PCB, realizado em 1967, novas cisões surgem em função da avaliação das causas que levaram ao golpe de 64 e da estratégia a ser traçada em face da nova situação. Muitos dirigentes e ativistas do PCB criticam também o "caminho reformista" seguido antes do golpe, formando, em vários estados, as chamadas "dissidências", que vão dar origem a novos partidos. Na verdade, em menor ou maior grau, esse grupo havia aderido à teoria de que o regime só seria derrubado através da luta armada e que esta deveria ser desencadeada por ações ousadas de guerrilha — no campo ou na cidade — que, por seu exemplo, apontariam ao povo e à classe operária o caminho da libertação. Assim, essas dissidências saídas do PCB formam a Ação Libertadora Nacional (ALN), dirigida por Carlos Marighela e Joaquim Câmara Ferreira; o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (em homenagem ao Che Guevara) e, posteriormente, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), dirigido por outro ex-dirigente do PCB, Mário Alves. Começam a surgir no país as ações armadas de tomadas de rádios, de seqüestros políticos com o objetivo de libertar ativistas presos, e de assaltos a bancos.

Do PC do B surgem também dissidências que aderem à teoria do "foco guerrilheiro" como caminho da luta armada. Surge a Ala Vermelha, em 1966, e, posteriormente, de uma cisão desta, o MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes).

Processo semelhante de divisão ocorre no outro ramo menor da "tendência marxista", a Polop, formada antes de 64 basicamente por intelec-

tuais marxistas que não aceitavam a linha do PCB e nem a do PC do B. A Polop também contribui para a formação de alguns dos mais combativos grupos militaristas, como o Comando de Libertação Nacional (COLINA), com atuação essencialmente em Minas Gerais; e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), formada sobretudo a partir de São Paulo. A VPR alcança grande notoriedade quando, em janeiro de 1969, ganha a adesão do capitão Carlos Lamarca que, com um golpe de mão, deixa o quartel de Quitaúna, em Osasco, e adere à luta guerrilheira. Pouco depois, a Colina e a VPR se unem, formando a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). No entanto, quando Lamarca morreu, em 1971, no interior da Bahia, junto com outros companheiros, ele fazia parte do MR-8.

A Ação Popular, outra das tendências existentes antes do golpe, adere, logo após o golpe, às idéias de Fidel Castro e do "foco guerrilheiro". Em seguida, a partir da influência do marxismo e das obras de Mao Tsé-Tung, faz a crítica do "militarismo" e volta-se para o esforço de construir no país o "partido revolucionário da classe ope-

rária". Em 1968, de uma cisão na AP, surge o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Mais tarde, já transformada em Ação Popular Marxista-Leninista (APML), a organização sofre profunda cisão, com uma parte ingressando maciçamente no PC do B.

Por sua vez, os grupos nacionalistas radicais — de origem civil e militar — passam também a ter destacada atuação depois do golpe. Um deles, o Movimento Nacionalista Revolucionário, já em 1967, fracassa na tentativa de organizar na Serra do Caparaó (divisa de Minas com o Espírito Santo) uma frente guerrilheira. Adere em seguida à guerrilha urbana, contribuindo para a formação da VPR, da REDE (Resistência Democrática) e do MAR.

Durante esse período, o PCB mantém-se afastado das ações armadas, criticando-as como "política aventureira" e insistindo no trabalho de organização das massas. O PC do B, que igualmente criticava o "militarismo" afastado das massas, mas que pregava o caminho da luta armada denominada de "guerra popular", se engaja, a partir de 1972, na luta guerrilheira do Araguaia, derrotada em 1974.

De qualquer forma, pode-se dizer

que foi um período difícil, onde as várias tendências se diferenciaram e novamente se entrelaçaram, para novamente se diferenciar, em função das experiências e derrotas que sofreram nos embates com a dura repressão do regime. Num rápido levantamento de dirigentes dessas organizações que morreram

ALN: Carlos Marighela, Joaquim Câmara Ferreira (Toledo), Iuri Xavier Pereira, José Luis da Cunha, Eduardo Leite (Bacuri);

APML: Paulo Stuart Wright;

MOLIPÓ: Carlos Eduardo Fleury, João Arantes de Almeida; Jeová Assis (Lima);

MRT: Aderbal Alves Coqueiro, Joaquim Seixas, Devanir José de Carvalho;

MR-8: Carlos Lamarca, Iara Iavelberg, Stuart Angel Jones;

PCB: Luís Ignácio Maranhão, David Capistrano, Orlando Bonfim, José Montenegro de Lima;

PC do B: Lincoln Oest, Carlos Danielli, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Angelo Arroio, João Batista Drumond;

PCBR: Mário Alves;

VPR: Juarez Brito, Carlos Alberto Soares de Freitas, Yoshitame Fugimore.



A tirania do amor

por Murilo de Carvalho

Casamento. Nenhum assunto mais discutido. Nada que afete tão profundamente a vida das pessoas. Nada tão amado e detestado.



Por que raios tu vais escrever no jornal logo sobre uma coisa tão vagabunda como o casamento? Sem muita sutileza, a velha portuguesa fazedora de croquetes e empadinhas em vários botecos de Pinheiros, São Paulo, parece dar a visão mais corrente sobre o casamento — amigamento, ajuntamento, concubinato ou qualquer outro nome que se dê ao relacionamento íntimo de duas pessoas.

Não há nenhum outro assunto mais discutido. Não há nada que afete tão profundamente as pessoas como o casamento e suas implicações: amor, fidelidade, ciúme, dominação. Neste livro, filme, teatro ou história infantil sem botar amor no meio? Por incrível que pareça, bem casados e mal casados, poucos conseguem enxergar no casamento qualquer coisa além de um mal necessário, posto no mundo para perder as almas. Machistas e feministas, indiferentes e deslumbrados, as pessoas parecem encarar o casamento como uma coisa desgraçada que precisa ser transformada de alguma forma, arrumada de outro jeito, senão vai falir. Aliás, a falência do casamento é uma das teses que mais devem ter sido dispendidas ao longo da história — Petronius já fala nisso no Satyricon, o Velho Testamento está cheio de passagens de repúdios e traições. Mas ele vem se agüentando firme ao longo de todo esse tempo. Que diabo tem então esse casamento, que, detestado, difamado, arrasado, ainda consegue ser o centro da vida de quase toda gente, o sonho de todas as mocinhas, a razão de todo rapaz, happy end de toda historinha infantil?

— É que o casamento é o nó da questão. O homem e a mulher têm que se juntar, não é?, pergunta uma Mãe de Santo, os cabelos bem brancos, num terreiro de Umbanda da Zona Norte de São Paulo. Precisam ter filhos, senão o mundo acaba. Então têm que casar, têm que juntar. E depois é a coisa mais gostosa a gente amar e sempre que ama quer ficar junto e quando fica junto tem que casar. É o próprio sangue da vida que faz o homem e a mulher se procurar, por isso é que tem casamento e que todo mundo pensa tanto nele. Mas ainda tem outras coisas. Casar não é só pra ter filhos: tem o lado do companheiro, juntos pra agüentar as durezas da vida. E o

companheirismo que faz a beleza do casamento. Tem coisa mais bonita do que dois velhinhos juntos se amando e se abraçando? Outro dia eu fui num cinema porque era um filme de Candomblé, Os Pastores da Noite, e tinha no filme uma prostituta bem velha, dona de uma casa que tinha um marido velhinho também, ele era alfaiate e os dois se amavam demais. Eu vi e pensei uma coisa que eu já tenho pra mim: amor não precisa filtro nenhum, não precisa de pedir pra Santo proteger. Quem faz o amor do casamento é só os dois mesmo.

Na verdade, o princípio de qualquer discussão sobre o casamento é o amor e suas implicações. Porque é impossível falar de casamento sem falar de amor.

— O que eu acho que a gente deve discutir não é o amor, mas a falta de amor, o negócio que se tornou o casamento, uma instituição egoísta, safada, que foi sempre o maior explorador da mulher, rouba dela as coisas mais sagradas, o corpo, o trabalho. Suga até o tutano dela, enche de obrigações e não deixa nada, só o vazio. Para o homem ainda representa a casa arrumada, cama certa, trepadinha quando quiser, comida, quem cuide dos filhos. Pra mulher não: é escravidão pura e ainda pior, regulada por leis injustas. O fim do casamento como ele é vai representar o começo da libertação da mulher, o começo de outra era. Mas sem acabar com esse casamento, não tem jeito — a mulher vai continuar sendo a escrava doméstica do homem. Sem nenhum amor.

A posição dessa socióloga — uma jovem de 26 anos, considerada pelos amigos uma feminista radical — ainda é bastante moderada em relação, por exemplo, à feminista portuguesa Maya Castro, cujo livro, *A Mulher do Futuro*, começa a se tornar uma espécie de manual obrigatório para a compreensão do feminismo radical.

Depois de fazer uma análise sobre a origem da família — à luz inevitável de Engels — conclui que a história da dominação da mulher pelo homem é o próprio cerne do casamento. E que o começo dessa dominação está no momento em que o homem parte para um casamento *sindiático* — uma fase anterior ao casamento monogâmico, onde o homem já começa a viver com uma mulher, mais ainda muito ligado aos casamentos por grupos. A base da dominação teria sido então a força física do homem, que, maior do que a da mulher, permitia que ele a dominasse, uma vez que estava sozinho com ela, já que a tinha retirado do grupo de outras mulheres. Nesse período o homem instituiu a propriedade privada do corpo da mulher, para logo em seguida se apropriar do trabalho por ela produzido.

Maya Castro considera de tal forma

• Colaboração de Liana John

enraizada na própria sociedade a escravidão feminina, que chega a afirmar que nem mesmo o socialismo seria redentor para a mulher. «Alcançado o socialismo, as mulheres seriam forçadas a travar a luta contra todos os homens que as subjugassem. E libertos eles das contradições que os dividem, teriam muito mais força para se oporem às mulheres.» Como solução, a feminista portuguesa propõe: A mulher solteira em nenhum caso convém casar. A mulher casada convém abandonar o opressor. A mulher repudiada, sem filhos ou com filhos, já está livre dele. «Mas como vão estas mulheres se organizar, organizar suas vidas?»

A proposta de Maya Castro é que as mulheres passem a viver em comunidades próprias, só mulheres com seus filhos, e que recebam apenas os homens que queiram como parceiros sexuais ou companheiros. Os homens, por sua vez, viveriam também em comunidades ou como quisessem, mas não haveria mais nenhuma forma de casamento. «A mulher do futuro será economicamente independente e sexualmente livre. Se ela quiser ter filhos eles nascerão dum homem que não a subjugue como fêmea, como mãe, como mulher. Os filhos que as mulheres tiverem não podem ficar ligados às recordações odiosas que quase todas as mulheres guardam do homem com que vivem. Dos homens-machos, opressores e tiranos. E talvez os homens se convençam que têm interesse em seguir as mulheres.»

Casamento. Onde está a saída? No amor bandido? No amor divino? Ou na liberdade que vive dentro do próprio amor?

Mas a posição de uma estudante e secretária de um museu, em São Paulo, que vive — sem casamento formal — com um diretor e ator de TV, conta uma experiência completamente diferente da proposta de Maya Castro e que no entanto parece dar um rumo também novo ao relacionamento homem/mulher. Resolveram morar juntos logo que ela engravidou e criaram um sistema de máxima liberdade para cada um deles. Além disso, fizeram um trato que estabelecia claramente o que entendiam por casamento «eterno»: assim que acabassem de cursar a faculdade de comunicações onde estudavam, deveriam se separar, cada qual para seu lado, cuidar

da profissão. O filho ficaria com a mãe. «Acho que meu casamento deu certo porque não pensamos em coisas eternas. Me dá angústia deitar na cama e achar que vou viver com aquele homem a vida inteira. Se eu fosse casada «segundo as regras» já teria me separado. Acho que nosso «casamento» deu certo porque cada qual vai partir pra seu lado, não existem outros vínculos, senão o amor.»

De alguma forma todos ligam o casamento ao amor. E a compreensão desse amor é que vai, aos poucos, modelando a forma ideal de relacionamento, embora, ao que parece, é ainda hoje extremamente abstrata, sem regras, sem regulamentos, sem certezas.

— Casar é uma loteria e a gente nunca sabe se vai dar certo. É claro que eu pretendo casar, ter meus filhos, achar um marido compreensivo — diz uma garota que trabalha numa bomboniere da rodoviária, em São Paulo. Tenho 16 anos e penso em casar quando tiver uns 18 ou 19. Até agora só tenho namorado sem muita seriedade, mas logo que der eu firmo. Se vai dar certo eu não sei, não conheço ainda meu futuro, mas se depender de mim, meu casamento vai ser por muitos e muitos anos, porque eu acho que o grande culpado pela separação é a mulher que não sabe entender o marido, que não espera ele bem arrumado todo dia. De mulher esculachada todo homem se cansa, então vai procurar fora o que não acha dentro de casa. A gente tem é que dar todo amor pra ele e então pode esperar que ele vai dar todo amor pra nós.

Amor, amor, amor. Como numa novela açucarada, amor é nota constante em todo depoimento sobre o casamento. Um amor quase sempre ausente, mal compreendido, falseado, como afirma uma jornalista, de 26 anos, recentemente separada do marido: «Para mim casamento é amor. Mas as pessoas não têm amor, têm problemas e acham que o casamento é a solução para eles. A maioria quer ter um companheiro, mas não algo mais completo. O casamento foi sempre falso, o amor nunca foi exercitado na sua real dimensão. Inventou-se um casamento feito na opressão da mulher, no egoísmo do macho, que conseguia man-

ter a farsa do amor. As pessoas fingem amar. Todas as nossas famílias da classe média sentem o fingimento que é o amor dos pais. Ai de repente se percebeu que era uma farsa, porque também não se recebia amor direito. Por isso nossa geração está se descasando tão loucamente. Casar ou não casar: eis a questão.

— O casamento não pode estar tão errado assim, diz brincando um jornalista de São Paulo, 35 anos, casado e com quatro filhos. Pois se durante toda a história da humanidade ele existe, em todas as culturas, alguma coisa de positivo ele tem. Afinal, a humanidade inteira não ia errar tanto, por tanto tempo.

Apesar de tão grosso saco de pancadas, o casamento ainda não tem encontrado substitutivos que o eliminem. E há mesmo os que o defendem modificado do que é hoje, sem dúvida, mas essencialmente semelhante quanto a sua definição básica: o relacionamento íntimo entre um homem e uma mulher.

Talvez uma das mais completas e belas definições do novo casamento ainda seja a de Alexandra Kolontai, em seu livro *A Nova Mulher e a Moral Sexual*: A sociedade terá que se acostumar a reconhecer todas as formas de união entre os sexos, mesmo que estas se apresentem diante dela com contornos novos e desconhecidos. Mas sempre que correspondam a duas condições: que não ofereçam perigo para a espécie e que o seu fator determinante não seja o jugo econômico. O ideal continuará sendo a união monogâmica baseada num amor verdadeiro, porém sem as características de invariabilidade e indissolubilidade. O concubinato ou monogamia sucessiva será a forma fundamental do matrimônio.

Esse novo matrimônio, sem peias, sem que seja na verdade o domínio da mulher pelo homem, despidido do egoísmo que acaba caracterizando todas as relações dentro da sociedade burguesa, parece ser realmente a saída. Pelo menos muitas mulheres e homens começam a encarar-lo assim, uma espécie de amor revolucionário, capaz de construir uma união satisfatória onde o outro e sua individualidade deve ser respeitado, e compreendido. Um amor, como afirma Meisel-Hess, uma escritora alemã do princípio do século, que leve os homens a se encontrarem de verdade, pois atualmente «eles desconhecem em absoluto a arte de saber conservar relações amorosas claras, leves, luminosas. O amor para o homem da nossa época é uma tragédia que destroça a alma, um vaudeville. É preciso tirar a humanidade desse atoleiro: ensinar os homens a viver horas cheias, de beleza, claras, sem grandes cuidados. Cada novo amor, em vez de empobrecer a alma humana, contribui para enriquecê-la. Um coração humano, são e rico, não é um pedaço de pão que diminui à medida em que nós o comemos. O amor é uma força que quanto mais se consome mais cresce».

A fé nesse novo casamento brota a todo instante, mesmo dentro das declarações mais amargas, transparece bem claro mesmo entre os mais radicais opositores ao atual matrimônio. Surge de repente como uma possibilidade — ainda muito difusa — para o mecânico que considera estar casado uma desgraça, mas gostaria de ter uma mulher que o compreendesse e o acompanhasse no futebol. Surge para a jovem jornalista que imagina uma vida solitária ao lado de sua filha, porque acha impossível encontrar um homem que a possa perceber como mulher e companheira, mas não esconde uma certa expectativa que essa solidão não seja eterna. Surge com surpreendente lucidez para um jovem médico, recém-formado, que começa a trabalhar agora:

— Eu encaro com grande otimismo o casamento e suas possibilidades. Eu vejo

ABRIL PRESS



Rosa Jandira Gaudiano

no relacionamento entre homem e mulher uma possibilidade altamente revolucionária, na medida em que — se for bem compreendido — possa ser um fator importante na libertação do próprio homem. O companheirismo que nasce de um amor-verdadeiro, onde ninguém explore ninguém, onde a mulher e o homem estão em pé absoluto de igualdade, é um companheirismo altamente criativo que ajuda a abrir nossos olhos para as verdades do mundo. Infelizmente hoje, nenhuma das classes sociais consegue entender o amor e o casamento em sua verdadeira acepção. Para os ricos o casamento é apenas outro negócio, às vezes rendoso, às vezes necessário. Para os pobres o casamento é a consequência inevitável de um relacionamento entre humilhados, quase uma necessidade de sobrevivência. Até mesmo, às vezes, por razões de economia. Mas eu acredito que na medida em que o homem for se libertando de todos os jugos e opressões que sofre — econômicos e morais — vai tender a encontrar o novo casamento, sem contratos eternos, sem obrigações doentias, como uma forma extremamente agradável de viver.

Amor divino e amor bandido

Apesar de ser um tema exaustivamente discutido em todas as rodas, em todos os lugares, apesar de haver — principalmente entre o pessoal mais jovem das grandes cidades — uma intenção de se buscar novos caminhos para o casamento baseado principalmente no binômio liberdade e amor, algumas das antigas idéias que ao longo da história se entranharam na mentalidade das pessoas ainda permanecem surpreendentemente vivas.

O amor divino como sustentação de um casamento eterno ou o amor bandido e violento como a receita da felicidade parece encontrar apoio na grande maioria das pessoas, preocupadas muito mais com a aparência ou o aspecto legal e formal das coisas.

Um velho militante do Movimento Familiar Cristão, casado há 37 anos, afirma:

— Todas as discussões sobre o casamento que temos lido hoje em dia, pecam e erram pela base. A culpa desse desacerto permanente é o excesso de materialismo que tomou conta do mundo. O casamento está certo e qualquer forma inusitada é uma invenção perniciososa. Os divorcistas estão errados porque não encaram o casamento como ele é em sua essência: um sacramento. Deus é o objeto final de qualquer amor e assim se passa também no casamento. Eu amo minha mulher não pelo que ela é em si, como mulher, mas eu a amo porque é Deus através dela que estou amando. O amor a Deus é imamente ao

amor à esposa. Dessa forma meu amor transcende à minha mulher e chega a Deus, fim último, amor absoluto. Por isso o casamento é indissolúvel, eterno, e qualquer tentativa de destruí-lo é um rompimento com o amor divino.

Colocando o amor divino como base de um casamento legítimo, ele chega então a afirmar: nos casamentos antigos quando os pais escolhiam os maridos para suas filhas ou vice-versa, eles na verdade não estavam limitando a liberdade deles, mas sim usando sua sabedoria para o bem dos filhos. Na verdade não importa muito a atração que se sente pela companhia, porque essa é passageira, é como a paixão, um fruto fugaz. O amor se adquire ao longo da vida, com a convivência, com a compreensão do outro como um reflexo e uma imagem de Deus. O casamento é uma instituição sagrada e sua dessacralização é que o está pondo a perder.

E a opção do amor bandido, do amor desesperado, seria a solução? Lendo as páginas do Secretário dos Amantes, livrinho vendido em todas as bancas de revistas das pequenas cidades ou da periferia de São Paulo, o amor violento, desesperado, arrebatador parece ser uma solução para a felicidade. Será?

— Eu acho que amar é querer matar ou morrer para estar junto com a mulher. Quando a gente ama de verdade, cega os olhos e entrega, fica babinho na mão delas. Homem que ama perde o siso, fica como boi sonso. Então ele tem que botar pra quebrar, porque senão, se não pôr pra valer, não há felicidade que chegue. Eu, por exemplo, tenho um amigo que trabalha numa construção, de guarda, não é, no Ipiranga, que um dia ele se apaixonou, escreveu carta, foi atrás e a mulher nem teceu. Ele fez de tudo mesmo, pôs o amor dele de amostra para ela ver, ela não quis nada, diz que tava noiva de um pretinho que trabalhava numa oficina mecânica. Sabe o que esse meu amigo fez? Casou com uma amiga íntima dela, fez inveja, ficou firme no pé dela durante quase dois anos, até que ela começou a curtir ele. Então ele deu o golpe, deu o bote, né? Então ele largou a mulher e pegou ela do neguinho mecânico. Agora eles são juntos, num grande amor, e só deu certo esse casamento deles porque ele deu esse golpe. Por isso é que eu digo, se a gente quer casamento feliz tem que ser na porrada, senão não dá.



Nellie Solitrenick

Eu matei por amor

«Casamento sem ciúme é como namoro sem beijo. O ciúme é o tempero do amor. Sou ciumento porque sou vivo. Tenho ciúmes, sim, afinal eu sei a mulher que eu tenho. Ciúme do marido é dever de esposa amorosa. Quem não tem ciúme não conhece a dor de amor».

Ditos populares, frases de para-choque de caminhão, repetidos em rodapés de almanques, o ciúme parece estar tão entranhado na vida de todo mundo que ninguém consegue escapar dele. O mito da dor do amor é uma constante tão terrível na vida das pessoas, que costumes e hábitos sociais dramáticos como o assassinato, o repúdio público, passam a ser aceitos e a té louvados em nome do amor. Por outro lado aceitar o ciúme e vivê-lo intensamente como maneira de curtir os próprios sentimentos é uma posição que também começa a aparecer, numa espécie de atitude de contrapatulhamento das emoções.

Tenho sim, afinal
quem não tem?
Eu matei por amor

— Todo mundo morre de ciúme, mas sempre esconde, porque quer parecer mais avançado numa posição mais liberal. Eu acho que o ciúme é parte mesmo do amor e a gente fica com medo de afirmar isso e ser considerado quadrado. A gente tem mais é que sentir e curtir o que sente, tem que desbundar se for preciso. Eu, cada vez que me apaixono, me abandono mesmo e se o ciúme pintar eu embarco. Já disse o Caetano Veloso: é proibido proibir. Não querer ter ciúme é uma atitude fechada, reprimida, porque os sentimentos são livres e têm que voar por onde quiser, afirma por exemplo, um estudante de música, 25 anos, cuja companheira espera um filho para este mês.

Curtir o ciúme como quer o rapaz músico, se levado às últimas consequências, acaba certamente no «lavar a honra». Essa é a regra, o jeito certo, o aprovado.

— Eu agora não tenho vergonha de contar, já passou muito tempo. Matei mesmo, e me arrependo porque hoje sou religioso. Minha mulher me traiu, eu fiquei sabendo e me deu um ciúme danado, me deu ódio, eu fui e meti a faca nela. Ela morreu e eu fugi pra São Paulo, vim embora ver se escapava de tudo. Eu cobrei minha honra no sangue e se não tivesse feito isso meu pessoal nunca mais me olhava. eles falavam que era certo e depois esse é o costume de minha terra, na Bahia. Se eu não matasse, com que cara ia cucarar os amigos, os parentes? Eu gostava da mulher, ela me traiu, fez o que não devia ter feito e então deu no que deu. Eu até que não tinha raiva não, mas é assim a vida. Agora eu me ajuntei de novo, tenho dois filhinhos e acho que não re-

petiria isso não. Eu entrei pra religião agora, sou Testemunha de Jeová, vou só me arrepender do que fiz pra minha vida toda. Mas o nosso pastor sempre me replica: a culpa não foi só minha não, porque se eu não matasse eu virava ninguém, foi a sociedade que me ajudou a matar.

— O ciúme é uma coisa odiosa e essa história de matar por amor, abandonar com dignidade, tudo isso são baleias pra justificar mais uma vez a opressão da mulher, afirma uma jornalista, 30 anos, solteira. Se a mulher trai, a sociedade a condena, dá ao marido o direito e quase a obrigação de matá-la, de lavar sua «honra» no sangue, como se a honra de um homem estivesse na vagina de sua mulher. A injustiça desses «crimes de amor» que não são crimes de amor coisa nenhuma, são na verdade crimes burros, idiotas, frutos de uma mentalidade estreita, essa que os homens sempre usam para dominar e oprimir suas mulheres. E tem mais, um homem que mata a mulher que o trai quase nunca é condenado, todo júri absolve, ele não fez mais do que a obrigação. E a própria sociedade empurra também o homem para esse tipo de crime, porque se ele não se vinga vai virar corno manso e quem quer ser corno manso? Em geral — basta a gente assistir uma pornochanchada dessas que pululam aí pelos cinemas para ver: o marido é sempre um idiota e a mulher sempre uma gostosa que vai encontrar um gostoso. Nesses filmes, como na vida do dia-a-dia, ninguém se pergunta se a mulher vai botar chifre no marido porque ela é uma sem vergonha ou se é porque o relacionamento deles está ruim, porque cessou o diálogo, porque o amor deles acabou. É sempre caricatura, sempre piada, idiotices. A mulher é mercadoria que se comercializa, o marido o mau comerciante que não sabe apreciar o produto que tem e o outro o galã machão, esperto que engabeta todo mundo e faz um bom negócio.

Agora, e se o homem trai a mulher? Tudo bem, é assim mesmo, faz parte da natureza do homem. Todo menino já vai aprendendo isso ao longo de sua vida: homem é diferente e ter muitas mulheres dá status. Os pais chegam a se babar de orgulho quando descobrem que o filho já está «mandando brasa» com uma empregadinha ou mesmo com alguma prostituta. Não tem até aquela história do tempo das cigarres que os executivos, que essa nossa burguesia instituiu aqui em São Paulo? Chegam as férias e as mulheres e filhos são mandados para a praia e o marido fica em São Paulo, trabalhando, coitado, sozinho. Então é tempo tradicional das amantes, das boites, dos motéis. Até mesmo algumas mulheres acham isso legal, norma boa dessa sociedade burguesa apodrecida, que vive da falsidade e da mentira. Sabe duma coisa, me dá até ódio quando eu começo a falar sobre isso.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *FOLHA SPANCO*Data: *14/07/79*

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

Mulheres denunciam falta de creches e iniciam movimento

Cerca de 60 donas de casa da região do ABC, reunidas ontem em São Bernardo do Campo, iniciaram um movimento para levantar e encaminhar os principais problemas da mulher no lar, no trabalho, na sociedade e na política, começando por denunciar a falta de creches nas indústrias com mais de 30 operárias, o que contraria a legislação vigente. As participantes da reunião, realizada na Câmara Municipal, anunciaram que pretendem apresentar, no mês de agosto, sugestões para o reforço da legislação que dispõe sobre o funcionamento dessas creches.

Segundo as donas de casa, as indústrias conseguem burlar a lei porque ela se omite quanto ao local das creches quando estas são colocadas à disposição das funcionárias através de convênio com entidades particula-

res. "Acontece — denunciaram — que as indústrias assinam convênios com creches tão distantes, que se torna impossível a mulher levar seus filhos para lá, antes de se dirigir ao trabalho".

A deputada estadual Irma Passoni (MDB), uma das participantes do encontro, afirmou que vem expondo, desde 1971, a necessidade de maior quantidade de creches. Explicou que a subnutrição e a deformação do caráter da criança são responsáveis pelos mais sérios problemas sociais existentes. A deputada, que integra a Comissão de Educação e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, concluiu que, assim como é de responsabilidade do governo a educação da criança de 7 a 11 anos, também deve ser dele a responsabilidade de proteção da criança de zero a seis anos.

GARIAS ABERTAS

Contra o machismo,
pelo direito ao prazer

Fomos surpreendidos, na semana passada, com a reportagem sobre homossexualismo publicada no seu jornal N.º 203.

Porém, apenas uma pessoa do nosso grupo foi entrevistada (por telefone) e além disso nada mais foi encaminhado conosco.

SOMOS é um grupo político formado por homossexuais. Os nossos objetivos básicos são a luta contra o autoritarismo, em todas as suas formas e a luta pelo direito ao prazer, isto é, a liberdade de uso do próprio corpo, sem que se tenha que seguir regras ou padrões (uma das manifestações do autoritarismo).

Para que tais metas se tornem possíveis, achamos necessária uma profunda transformação social, que ponha um fim à divisão de classes dentro da sociedade — sejam elas econômicas ou sexuais. Não estamos lutando por uma integração dos homossexuais à sociedade atual, nem tampouco buscando uma sociedade socialista nos moldes existentes.

Nosso grupo não tem líderes e nem pretende tê-los; achamos que seria incoerente com a nossa proposta de luta contra o autoritarismo. Além disso, pretendemos também quebrar o esquema esquizofrênico habitual de algumas organizações de movimento social que conhecemos; estamos tentando aliar política e prazer, transformando estas duas coisas numa só. Questionamos também o conceito de «minorias», que é imposto ao grupo homossexual. Achamos que este rótulo é um mecanismo utilizado para qualificar a nossa luta de «menos importante» ou «específica» (ou outros adjetivos semelhantes). E em oposição existiria uma outra luta (ou várias) considerada «mais importante», «prioritária», ou «geral», que seria de interesse de toda a sociedade. Então, a nossa luta seria de interesse apenas do grupo homossexual. Para nós, o questionamento dos padrões sexuais é ponto fundamental para a transformação da sociedade e, a partir daí, o surgimento de uma nova sexualidade.

Em relação à matéria publicada, gostaríamos de levantar os seguintes aspectos gerais:

1 — O título apresenta o movimento homossexual de modo folclórico, tal como se estivéssemos sendo apresentados por Manchete ou NOTÍCIAS POPULARES: «o poder gay assume e ataca». Nós, do grupo SOMOS, não aceitamos tal denominação, pois não pretendemos disputar ou conquistar o poder. Como já ficou claro, pretendemos ser um grupo organizado, lutando pelos seus direitos e por uma transformação social. Tal como acontece com outros grupos sociais: metalúrgicos, jornalistas, negros, mulheres e outros. No entanto, nunca ouvimos falar em «o poder metalúrgico», ou «o poder jornalista». Claro que já ouvimos falar em «poder negro»; este é um rótulo aplicado aos movimentos «minoritários». Porém, não nos parece que a sociedade seja formada inteiramente por metalúrgicos ou jornalistas.

E também uma maneira de indispor a sociedade e os grupos progressistas contra tais movimentos, pois deste modo eles são apresentados como «candidatos» ao poder; isto é, estes grupos buscam apenas uma mudança de «donos do poder», sem questionar profundamente a sociedade atual.

Além disso, «o poder gay assume e ataca», nos coloca numa posição ridícula: assume o quê? ataca o quê?

O «assumir» colocado no texto, reduz a perspectiva social da questão homossexual ao plano individual de uma iniciativa em colocar publicamente a própria homossexualidade. Este procedimento é muito perigoso pois com isto também se reduz a nossa questão de «geral» para «específica». Para nós, isto é tão desastroso com a denominação de «poder». A quem estamos atacando? à sociedade? Conclusão: que se previnam contra nós.

2 — A associação homossexualidade-prostituição, que se inicia na chamada de capa, e continua na apresentação do texto da reportagem: «... eles são a minoria dentro das minorias, marginalizados dentro da própria marginalidade...». O leitor menos avisado irá concluir que todos os homossexuais são prostitutos e/ou travestis.

Quanto às afirmações feitas a respeito do O SOMOS, gostaríamos de fazer os seguintes esclarecimentos, por ordem de aparição no texto da matéria:

1 — O SOMOS não nasceu no curso de férias (sobre minorias) realizado na USP. Como grupo organizado, existimos há um ano, apesar de termos sofrido profundas transformações até este momento.

2 — O SOMOS não está orientando a formação de nenhum grupo em Guarulhos

ou no Rio de Janeiro. Não estamos negando que tais grupos (e outros) estejam em formação, mas nossas relações estão no plano da amizade e troca de experiências. Não pretendemos orientar ninguém, a não ser a nós mesmos.

3 — Quanto à ligação que «de certa forma» existe entre o SOMOS e Lâmpião, ela existe; claro, desde que somos amigos e solidários no desejo de transformação social. E sabemos que o Lâmpião vem sofrendo pressões, que se origina na «ameça» que o Lâmpião representa ao machismo instituído. Os boicotes ao Lâmpião têm acontecido não apenas dentro da «grande imprensa» mas também dentro da imprensa «alternativa». O último e mais flagrante exemplo está sendo a recusa em denunciar publicamente o inquérito que o jornal sofre atualmente. O próprio SOMOS também viveu há pouco uma experiência semelhante; tentamos divulgar para toda a imprensa um fato de grande importância (para nós): a absolvição do Ceiso Curi; mas verificamos que toda a imprensa (inclusive a nanica) se recusou a veicular a notícia.

4 — De passagem foi afirmada em certo trecho da matéria a existência de «associados» em nosso grupo: «... de acordo com o interesse dos seus associados».

Nós, integrantes do grupo, não nos consideramos «associados», pois para nós, este termo sugere uma entidade secreta, ou até um «clube» fechado.

O SOMOS é um grupo aberto, onde as pessoas participam com o menor nível de burocracia; não temos «presidente» ou «argos» ou «diretoria»; temos funções que são cumpridas por todos, sem qualquer hierarquia, pois achamos que isto também é uma brecha para que o autoritarismo se instale entre nós.

5 — Tampouco possuímos, conforme afirmado, uma «ala de mulheres», pois a nossa organização é muito séria. Estamos lutando contra a desintegração do universo homossexual, e neste processo é muito importante a aproximação de homens e mulheres homossexuais. Existe, sim, um «coletivo de mulheres», formado por todas as mulheres interessadas em homossexualidade feminina. Seja por mulheres do SOMOS ou dos outros grupos. E um grupo autônomo, surgindo a partir da necessidade de atuar como mulheres e como homossexuais.

6 — Ao contrário do que foi afirmado, nós não temos nenhum sub-grupo «político»; a nossa organização pretende, toda ela, ser uma organização política. Não pretendemos criar divisões ou «especialistas» em outro aspecto da luta homossexual.

7 — Voltando à questão de «lideranças», foi afirmado o seguinte: «Mas mesmo sem um líder, as organizações gays estão aí...».

A colocação nos sugere que estamos conseguindo sobreviver «apesar» da falta de líderes. A nossa perspectiva é contrária: não pretendemos, como já foi afirmado, ter líderes, e com isto criar «especialistas» em homossexualidade. Cada um de nós é tão homossexual quanto o outro, e a existência de líderes implica necessariamente uma disputa. Nos recusamos a disputar o poder seja entre nós mesmos, ou com a sociedade. Além disso liderança e machismo andam de mãos dadas. Esta é a mudança que começa em nós mesmos enquanto grupo organizado.

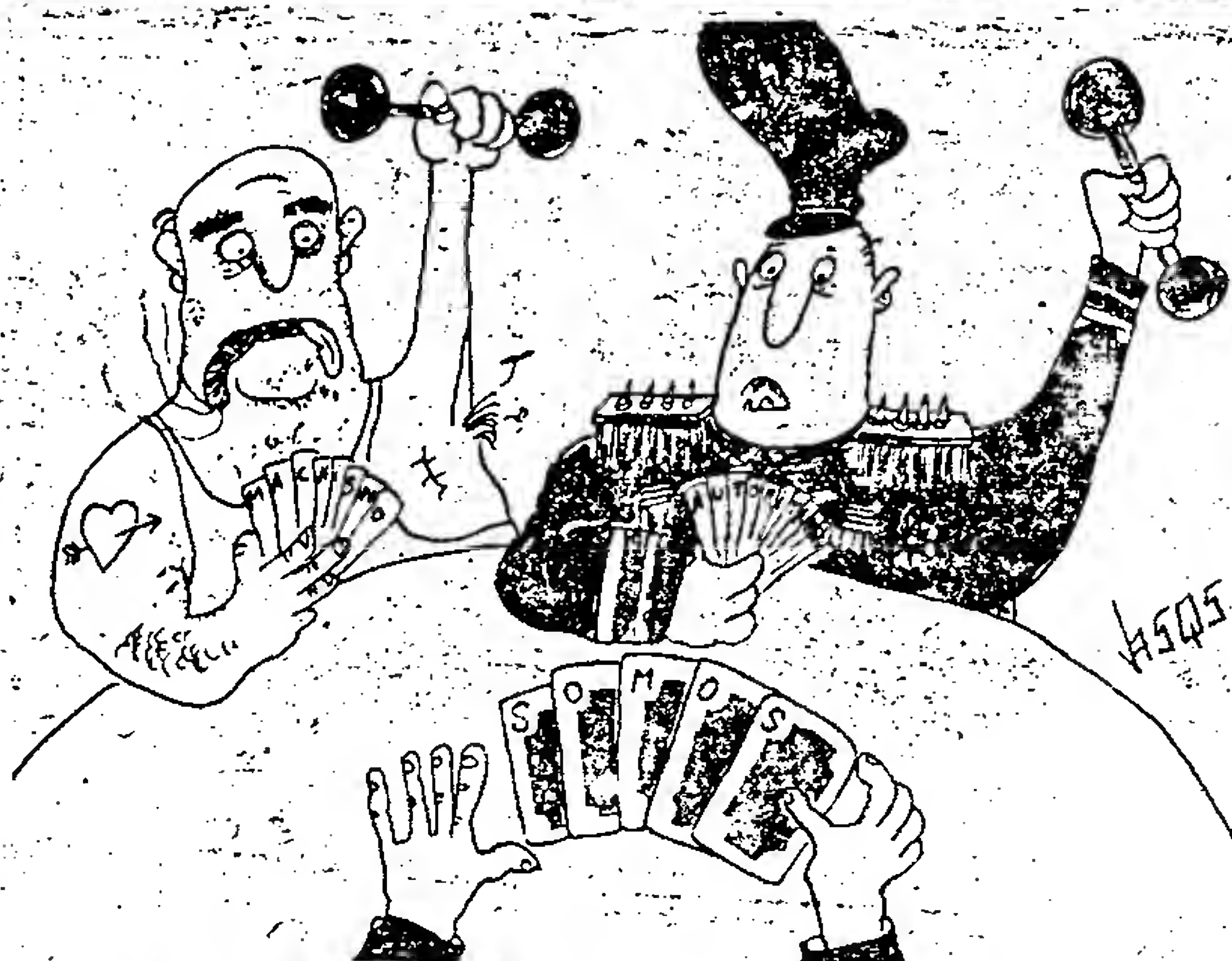
GRUPO SOMOS
CAIXA POSTAL N.º 22196 Campinas — SP

Nota oficial
contra
Delfim Netto

1 — A Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) tem acompanhado com interesse e preocupação as declarações do Sr. ministro da Agricultura a respeito da questão agrária brasileira.

2 — Em anterior oportunidade, esta Associação não tomou conhecimento do «economista desocupado», já que se tratava de opinião de cidadão brasileiro, ainda no gozo de seus direitos de livre opinião, apenas candidato a ministro. Outras pessoas e entidades vieram porém a público, conforme amplo noticiário da época, repudiando a desastrosa declaração.

3 — Posteriormente, já investido da autoridade de ministro da Agricultura, o Sr. Delfim Netto voltou a pronunciar-se contra a realização de uma reforma agrária no Brasil, desta feita perante a Comissão de Agricultura do Senado. O ar-



gumento central de S. Excia. era de que «a reforma agrária não é um instrumento de soluções econômicas mas basicamente um instrumento para aliviar tensões sociais».

Numerosas personalidades e principalmente os trabalhadores rurais através de suas entidades de classe repudiaram a posição do novo ministro. De parte da ABRA, a carta que o nosso presidente dirigiu ao presidente da Comissão de Agricultura do Senado, definiu a posição de nossa entidade, passível deste resumo: «será que para S. Excia. só haverá tensões sociais quando houver tiroteio na Esplanada dos Ministérios?»

4 — Novamente agora, em entrevista exclusiva à Manchete de n.º 1419, S. Excia., em nova carga e no mesmo estilo, traz ao debate três novos argumentos: a sua experiência durante a chamada «Revisão Agrária» do governo Carvalho Pinto; a reforma agrária como um processo que «não deu certo em nenhum lugar do mundo»; e os gaiaitos que a defendem.

A ABRA reúne em seus quadros diversos veteranos da reforma tentada pelo sábio prof. Carvalho Pinto e o espírito que hoje conforma a Associação foi muito marcado pelas lutas e experiências vividas nessa época. Em todos os debates, discussões (algumas com a aspereza que se repete) e pronunciamentos, ninguém se recorda da participação que o Sr. Delfim Netto reivindicava agora para o seu «currículo» anti-reformista; muito menos da sua experiência operativa vivida e sofrida no campo pelos profissionais de diversos ramos que agora S. Excia. chama de gaiaitos.

No tocante ao segundo ponto, deve certamente faltar na bagagem cultural e na biblioteca de S. Excia., a vasta literatura especializada mostrando as avaliações da Reforma Agrária do Japão, da Itália, do Egito, da Venezuela, só para ficarmos no mundo capitalista, por motivos óbvios. Um levantamento compreensivo dessas experiências é efetuado periodicamente pelas Nações Unidas nos seus «Progress on Land Reform», iniciativa que o governo americano copiou no seu — «Spring Review» de 1970. Também a FAO avalia os resultados da reforma agrária de todo o mundo durante as suas Conferências Mundiais, a próxima a ter lugar em Roma no mês de julho. Os resultados desses estudos são bastante diferentes das opiniões do Sr. Delfim Netto.

5 — A ABRA não concorda com a posição do Sr. Delfim Netto na questão da reforma agrária, da mesma maneira que discorda da sua posição de vedar a participação das pequenas destilarias no Proálcool e a de inscrever a «formação de um exército industrial de reserva» entre os objetivos do projeto agrícola do atual governo.

São questões de formação, de sensibilidade e de objetivos que jamais permitirão um acordo, tão conflitantes são as posições das partes envolvidas. De nossa parte, somente desejamos que não seja o povo, mais uma vez, quem venha a pagar pelas idéias e pelo humorismo de S. Excia.

ABRA — Associação Brasileira de Reforma Agrária Caixa Postal, 1396

Conto do Gil

Para aqui uma das centenas de vítimas do mais inusitado conto do vigário passado por uma quadrilha muito bem organizada que se apóia na exploração do movimento negro no Brasil, usando da mais nova espécie de alienação imposta pelo imperialismo americano: a tal discoteca.

Falta de consideração era uma das expressões mais amenas que se ouvia no salão de festas (?) da Sociedade Esportiva Pal-

meiras no dia do chamado «conto do Gil», show que não existiu. Quando na verdade, desrespeito, irresponsabilidade, abuso, até uma série de palavras cabíveis e invítáveis, eram termos que melhor caracterizavam a malandragem ostensiva feita a um público que não parecia muito preocupado em pagar o preço já exorbitante para assistir a um dos mais brilhantes talentos da nossa música popular, e mesmo assim grosseiramente enganado.

Esperamos por 20, 30 minutos, 1 hora sob um som agressivo, irritante e completamente distante daquilo que se pretendia ouvir, das músicas de discoteca; já passava disso quando um sujeito tomou o microfone para avisar cinicamente que Gil só viria da madrugada a um espetáculo marcado para as 21 hs!

Como dizia um companheiro de infância no momento em que exigíamos a evolução dos ingressos, «antes da virada neste país começam os altos escalões e Brasília, veja-se, por ex., a anistia», daí a frente tudo deve ser consequência, digamos de passagem, na saída uma cena curiosa e bastante significativa evidenciando muito bem o estado geral das coisas: público revoltado exigia os bilhetes de volta e a polícia protegia os organizadores «show» numa atitude já comum nestas ragens, onde corrupção e «segurança» (corruptos) são amigos inseparáveis.

Revoltante mesmo o lamentável Gil: como é que é?

F.M. Vasques São Paulo — SP

SALT II: Arantes
ou Francis?

Como leitor constante de seu jornal, obrigado há tempos a ler as análises de José Tadeu Arantes faz acerca de problemas internacionais ou ocorridos em outros países que não o nosso. Essas análises o mais das vezes pecam pela extrema desinformação, superficialidade e — ingrediente constante — raivoso e puril anti-sovietismo. Muitas vezes tive vontade de escrever protestando, ou esclarecendo alguma coisa por um motivo ou outro essa intenção não se concretizou. Hoje, porém, deixei que minha indignação esfriasse, diante do comentário sobre a assinatura dos Salt II, intitulado «Sob o fogo do nada». É que José Tadeu Arantes não limitou a seus equívocos habituais, mas, doou, de cabo a rabo, a posição das rentes mais reacionárias, mais agressivas, imperialismo e da burguesia, sobre o evento. Ler José Tadeu Arantes e ler, por exemplo, as opiniões sobre o mesmo assunto de o «Estado de São Paulo», é a mesma coisa! E não desejo que se pense esperava do comentarista do «Movimento» endosso ao acordo, ou elogios a Brejnev. N.º disso! Mas acaso é demais pedir informação honesta? Mesmo mesclada de opinião crítica como faz Paulo Francis na «Folha de São Paulo»? O que não dá para engolir, fazendo, é essa capitulação vergonhosa ao jacobismo burguês mais descarado contido, transcrição das opiniões do «falcão» ultradireitista Henry Jackson, apresentada apenas como «o democrata Henry Jackson». Que o «Estado» faça isso, não surpreende pois pretende nos enganar, fazer-nos acreditar que informa «objetivamente», «imparcialmente». Está no papel dele. Mas a mesma coisa em «Movimento», não dá pra tender.

DAVID CAPISTRANO DA COSTA FILHO
S. Paulo — SP

Favelados fundam uma associação e constroem creche

A Favela São Remo — uma das maiores e mais bem organizadas de São Paulo — vai inaugurar uma creche, dia 1.º de agosto, para crianças até seis anos de idade. A favela fica na av. Corifeu de Azevedo Marques, no Butantã, e foram os próprios favelados que idealizaram e construíram a creche, destinada a acolher os filhos de mães que moram na favela e trabalham fora durante o dia. Inicialmente a creche terá capacidade para abrigar trinta crianças, podendo, mais tarde, ser ampliada.

A Favela São Remo tem mais de mil barracos e cerca de nove mil moradores, dos quais 1.500 são crianças de até seis anos de idade. Esta favela ficou conhecida pela mobilização dos seus moradores, que fizeram uma série de reivindicações aos poderes públicos, nos últimos anos, conseguindo benefícios como água encanada e luz elétrica para os barracos.

Luiz Carlos Viotti, um dos líderes dos favelados, explicou: "Agora teremos também uma creche, que nós construímos, custou mais de Cr\$ 70 milhões, que nós vamos manter, para oferecer tranquilidade às mães e segurança às crianças. As obras estão adiantadas, quase prontas, apesar das dificuldades que enfrentamos junto aos poderes públicos, que criam todos os tipos de problemas. A creche já está quase pronta e será inaugurada dia 1.º de agosto. Esperamos que até lá a Light faça a ligação elétrica. Só está faltando isso."

A CRECHE

Luiz Carlos Viotti explicou que a ideia de se construir a creche surgiu assim: "O pessoal que mora nesta favela é bastante unido e, quando começamos a reivindicar água encanada e luz para os barracos, pensamos em construir a creche também. Então criamos uma associação para organizar e construir a creche. Esse foi o passo mais acertado que nós demos, pois, eleita a diretoria, nós começamos a arrecadar fundos e catalogamos 500 famílias, que se filiaram à associação, contribuindo, mensalmente, com Cr\$ 20,00 cada uma."

"Com todos colaborando — continuou Luiz Carlos Viotti — demos início às obras e, agora, já temos o local onde abrigar as crianças. Quanto ao material (berços e roupas) nós vamos promover uma campanha junto a comunidade em busca de doações. As autoridades, apesar de que alguns setores que nos impõem restrições, têm colaborado, tanto é que já assinamos um convênio com a Prefeitura, que vai nos ajudar a manter a creche, pagando 70% das despesas."

ASSOCIAÇÃO

A creche da Favela San Remo é um barracão de madeira de 200 metros quadrados, instalado em terreno com uma pequena área livre, dentro da favela, e está praticamente concluída, faltando somente a instalação de janelas, ajardinamento e luz elétrica. A comunidade do Butantã sensibilizou-se com a ideia dos favelados e já foram doados à creche vários berços.

E lá vem elas...



Bordados? Tricô? Culinária? Nada disso. As mulheres estão reunidas no gabinete da deputada Irma Passoni para tratar de coisa séria: elas estão organizando sua luta política. A origem imediata desta reunião pode ser encontrada nas organizações de mulheres da periferia de São Paulo. Lá, nos últimos anos, as mulheres cansadas de esperar o beneplácito dos poderes públicos, se reuniram e saíram às ruas reivindicando melhorias nos bairros, saúde, creches, protestando contra a carestia, procurando

um lugar na vida política nacional. Agora, essas operárias, donas-de-casa, professoras, jornalistas e parlamentares estão organizando o Encontro sobre a Participação Política da Mulher, marcado para novembro com a presença de mulheres de todos os Estados. As repórteres Inês Castilho e Denise Natale estiveram na reunião preparatória do Encontro ouvindo as mulheres que fazem política. Nesta e nas próximas páginas, elas falam de seus problemas e esperanças.

I

Nísia Floresta é um marco na luta por mudanças nas condições de vida da mulher brasileira. Feministas e não-feministas concordam sobre a importância histórica desta mulher. Da mesma forma, todas são unânimes em afirmar que a luta iniciada por Nísia no século 18, recém começa a dar frutos. Apesar das 59 prefeitas eleitas entre 1972 e 1978, e do crescente número de entidades preocupadas com a situação da mulher, a participação feminina na política ainda é pequena. Insuficiente mesmo para que elas possam fazer valer seus direitos.

II

Nísia Floresta destacou-se na luta pela Abolição. Professora e proprietária de colégio no Rio de Janeiro, ela tentou renovar os conceitos tradicionais de educação da mulher e vencer os preconceitos que a oprimiam. Foi um trabalho isolado, quase sem frutos. Mais importante foi a ação da paulista Josefina Alvares de Azevedo. No final dos anos oitenta ela reuniu um grupo feminino para brigar pela Abolição. Seu trabalho foi importantíssimo no processo que levou à lei Áurea, e significou o primeiro grupo feminino organizado.

III

Já no início deste século várias manifestações surgiam, mobilizando um número razoável de mulheres. Em 1907 as costureiras de São Paulo chamavam suas companheiras para se unirem e lutar não só pelos seus problemas, mas de todos os trabalhadores. E em 1910 que surge o primeiro jornal dirigido às mulheres, sob o comando de Ernestina Lésina. "Anima Vita" tinha, entre outras reivindicações, a defesa das trabalhadoras e a regulamentação de seu trabalho.

IV

Mas é a bióloga Bertha Lutz que passa à história como a primeira mulher a conseguir o voto feminino. Ela encabeçava, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, também voltada para outras reivindicações. Bertha participou do Congresso em 1926, quando a mulher adquire o direito de votar no Rio Grande do Norte. Também nessa cidade é eleita a primeira mulher prefeita do País.

V

Em 1932 essa reivindicação atinge todas as mulheres e fortifica o nascimento de um partido só de mulheres, com a intenção de participar das

Pequena história da mulher na política

eleições de 1934. Entre seus planos estava a conquista dos direitos civis da mulher e da esposa, a expansão dos serviços sociais ou pagamento igual para trabalhadoras que prestassem o mesmo serviço que o homem. A única eleita foi Carlota Pereira Queiroz, candidata pela Federação Constitucionalista de 32, representante das classes conservadoras. E Bertha, eleita suplente, logo em seguida ocupa lugar na Câmara e apresenta o "Estatuto da Mulher".

VI

O golpe de Estado, em 1937, com sua repressão generalizada, acaba por abafar os movimentos femininos. Somente por volta de 1944 é que se ouve falar de movimentos femininos de várias correntes ideológicas. Destacam-se as Ligas Femininas, com orientação política de esquerda e filiadas ao Partido Comunista Brasileiro. As mulheres realizavam comícios e passeatas em bairros, visando mobilizar a mulher trabalhadora, dona-de-casa, intelectual, para uma política mais agressiva de participação popular nas decisões nacionais. Coube às Ligas, que atuaram até 1964, lutas cujas metas eram a instalação de creches, bibliotecas infantis ou a carestia. Assim, em 1961 as mulheres alugavam um ônibus e levavam a Brasília, um manifesto com mais de 100 mil assinaturas, exigindo do Governo Federal medidas drásticas contra a alta do custo de vida e da inflação.

VII

As Alas Femininas dos partidos começaram a se formar, provando sua eficiência principalmente nos períodos pré-eleitorais. O ano de 1962 foi marcado pela votação do projeto de reforma do Código Civil, que deu à mulher casada maiores direitos. Por esta época também foi criado o Conselho Nacional de Mulheres, com sede no Rio, cujos pontos básicos de reivindicação eram o planejamento familiar, criação de creches em número suficiente e a concessão do salário-maternidade.

VIII

Nesta última década a participação política feminina começou novamente a se intensificar. Sobre tudo após o Ano Internacional da Mulher, comemorado em 1975. As discussões partiram de reuniões da escola, de assembleias, congressos, até as manifestações públicas contra medidas do

Governo e a filiação nos sindicatos. Fazendo um breve balanço sobre a atuação da mulher em cargos políticos ou que interferem diretamente nas decisões do País conclui-se que o panorama não é dos mais animadores. Até hoje não conseguimos representantes femininas nos altos tribunais, na presidência ou nos Ministérios. Em São Paulo, até agora apenas quatro mulheres ocuparam cargos nas secretarias estaduais e municipais, respectivamente Carolina Ribeiro e Ester de Figueiredo Ferraz, Leopoldina Saraiva e Suzana Frank.

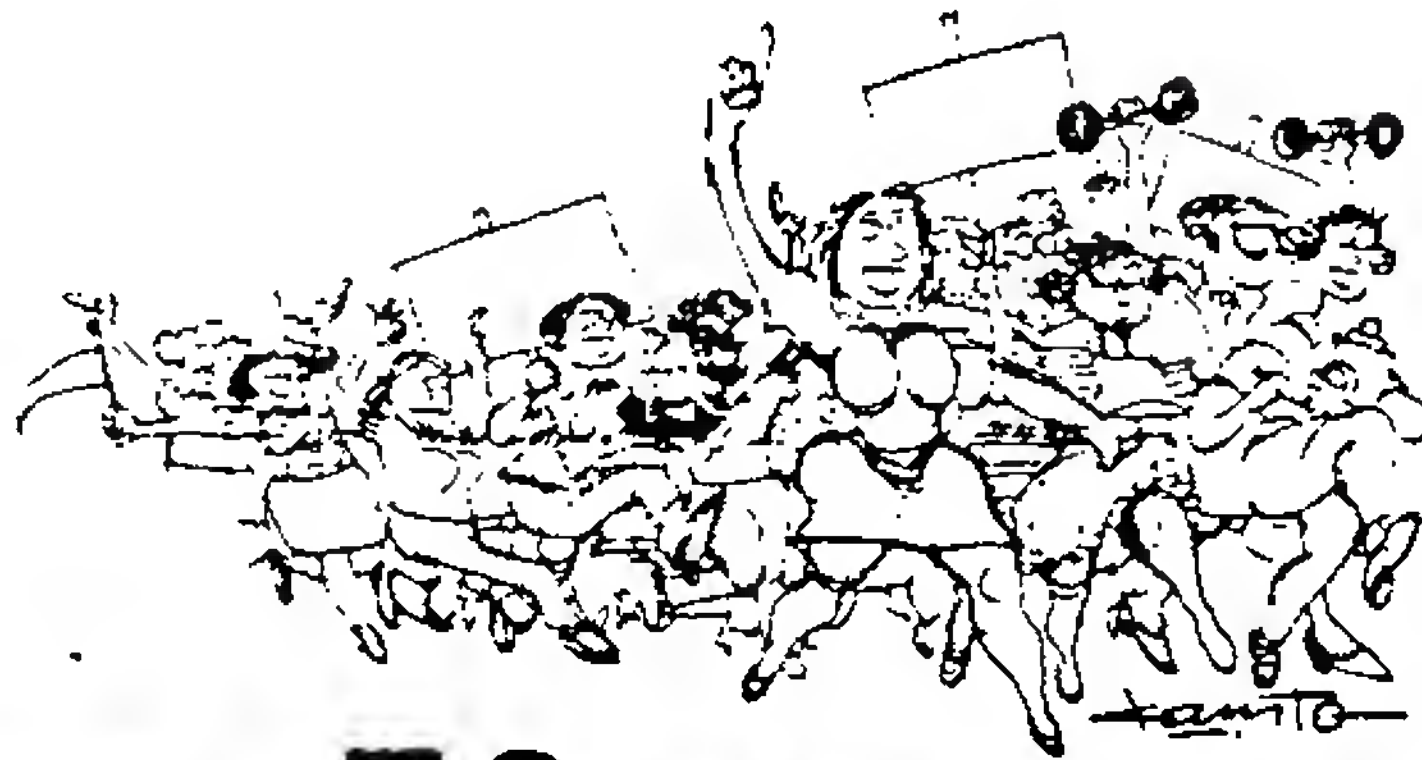
IX

De 1972 a 1976, segundo pesquisa realizada pela socióloga Eva Alterman Blay, tivemos no Brasil, 59 prefeitas eleitas, sendo que 79% delas concentradas no Nordeste. Nas últimas eleições de novembro de 1978, foi uma mulher paulista que obteve o número de votos mais expressivo do País, Nodeci Nogueira. No Rio destacou-se Sandra Salim, com a maior votação do MDB para a Assembleia carioca. Igualmente expressivos foram os votos para Lúcia Viveiros, no Pará e Maria Julia de Melo Rodrigues, no Amazonas. E quase por acaso fizemos este ano a primeira senadora do Brasil, com a morte do arenista João Bosco. Eunice Michilis, já eleita, se propôs entre outras lutas, a reivindicar pelos direitos da mulher.

X

A mobilização da mulher trabalhadora nos sindicatos também continua insignificante. Talvez fruto de uma forte repressão à sua participação. Não chegamos ao exagero das greves masculinas contra o emprego feminino (embora as mulheres ganhassem 50% a menos que o homem), como ocorreu na França por volta de 1914. Mas até hoje poucos sindicatos contam com representantes femininas em sua diretoria, como o Sindicato dos Bancários ou dos Jornalistas. Contudo discute-se muito se os sindicatos devem ou não criar Departamentos Femininos. Essa foi uma das conclusões do 1.º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema, que percebeu a importância de se encontrar novas formas específicas de organizar as mulheres dentro da vida sindical. Sem ter como intenção dividir os trabalhadores, os departamentos femininos atuariam junto aos companheiros pelas reivindicações comuns, mas também especificamente, para tratar dos problemas femininos, numa verdadeira força de pressão. Também é a partir de 1975 que começam a despontar grupos femininos e feministas lutando por objetivos comuns; reivindicando salários mais justos, pela anistia a presos políticos, cassados ou banidos, ou contra o custo de vida. Ou melhor, cumprindo com a tarefa de denunciar as condições em que vive a nossa sociedade. E, dentro dela, as mulheres.

Estas mulheres fazem política. Vejam o que elas dizem:



Enfrentando coisa de homem

Maria Amélia de Almeida Teles, 34 anos, mãe de três filhos, professora primária, trabalha no jornal "Brasil Mulher". Participa também da Escola Comunitária da Figueira Grande e do Movimento de Luta por Creches.

"Quero falar um pouco da minha vida, porque acho que é um pedaço da História que o povo viveu. Em 64 eu tinha 18 anos, e meu pai foi preso. Foi preso e ficou desaparecido durante muito tempo. Eu era a filha mais velha e tive que assumir a responsabilidade, sair para trabalhar. Minha mãe era uma mulher tímida, e meu sonho era casar e ter filhos. Eu ouvia 'coitada, essa menina tá enfrentando coisa de homem'. Isso me fez questionar porque as pessoas me viam assim. A gente fala que mulher é acomodada, mas conheci mulheres que foram assassinadas na luta por um pouco de liberdade. Conheci mulheres cujos próprios companheiros não

aceitavam que atuassem, e tiveram que renunciar à vida em família. Ser mãe, ter um companheiro, acho que é um sonho de todo mundo. Eu ia na porta de quartel, eles me mandavam sair de lá e eu dizia: 'não vou sair, quero ver meu pai'. Coisas que a educação da gente, de mulher, não permite. Realmente, a gente é movida pela necessidade.

Um dos problemas que a gente percebe é que as pessoas se esqueceram que têm direito ao bem estar. A gente fala com mulheres sobre creche, todo mundo quer. Mas na hora de fazer, todo mundo se intimida.

Aquela história, o filho não é só da mãe. É do pai, de toda a sociedade. No entanto, quem está assumindo a luta por creches é a mulher, porque é ela que põe os filhos dia e noite, sabe onde foi o seu calo.

Podiam ser muito mais mulheres lutando. Não são porque, no fundo, muitas pensam ainda que têm mesmo obrigação."



"Fui proibida até de falar"

Luzia Alves Bezile, 37 anos, empregada doméstica, mãe de nove filhos. Participa do Movimento Contra a Correria e do Grupo de Evangelização de Americanópolis, na Zona Sul.

"Eu vejo que a participação política da mulher vem da necessidade. A gente que tem família, começa a trabalhar fora e vê muita coisa errada. Então começa a ter uma visão mais profunda e parte para uma participação mais política. Porque a mulher trabalha em casa para cuidar dos

filhos e marido, trabalha fora para ajudar no dinheiro, e vê que mesmo com todo esse trabalho não está atingindo seu objetivo, não está crescendo."

Tem mulher que acostuma com o sofrimento. Eu já enfrentei muita barreira com meu próprio marido, sabe? Quando casamos eu era muito jovem tinha 16 anos. Ele me proibiu de conversar até com as colegas. Nem o filho dele, hoje, ele trata do jeito que me tratava. Puxa vida, pensei. Ninguém trabalha mais do que eu. A gente morava no interior e além de fazer todo o trabalho de casa eu ainda trabalhava na roça, e de noite costurava para ganhar meu dinheirinho. Eram sempre 11 horas, meia-noite, quando eu deitava. E às quatro da manhã já estava de pé. Porque é que vou ficar presa dentro de casa? pensei. Eu morava com a sogra, ela era contra mim. Até meus familiares eram contra mim. A luta foi grande, mas hoje ninguém pode comigo, vou para onde quero.

Dá para ver, com tudo o que aprendi na minha participação das lutas do povo, que a gente só vai adquirir liberdade quando mudar a estrutura do País. Caso contrário, nenhuma luta pode resolver."

Os homens são o obstáculo

Cristina Oliveira, 31 anos, secretária, desquitada, trabalha na Federação das Sociedades Amigas do Bairro em Santo André.

"A gente descobre as coisas para a gente, mas vê que não basta. Por isso propus que a gente formasse um grupo de donas-de-casa em cada uma das 47 sociedades filiadas à Federação. E só chegar de casa em casa e começar a conversar, que junta um monte de mulheres. Se vê que querem participar. Mas os homens são um obstáculo no papel que as mulheres podem representar. Há sociedades riquíssimas, que podiam fazer um trabalho com as donas-de-casa; mas a gente chega lá tem um bar, os caras bebendo, mulher

nua espalhada pelas paredes, jogo de sinuca, pebolim. Compram essas coisas, e não dão condições das mulheres participarem. A gente vai propor ideias novas e eles dizem: 'o que é, as mulheres agora querem mandar'?"

"Acho que uma dificuldade de todo mundo, mas principalmente da mulher, é o medo. A gente é educada desde criança para ter medo, respeitar. É importante romper com a vergonha e inibição de manifestar opinião."

A hora da consciência

Ofélia Alves, casada, 4 filhos. Representa as mães de Vila Campestre no Movimento Contra a Correria.

"A gente foi criada ouvindo que mulher não deve fazer nada. Então, tem que ser dominada. No momento em que começamos a enxergar as coisas, a gente cresce no íntimo e começa a participar. Minha vida também é sacrificada, dou um duro no bairro e incentivo as outras mulheres. Porque acho que é hora também de ajudar as outras a se conscientizarem."

"Vamos nos unir"

Cynthia Sarti, 25 anos, socióloga, solteira, editora do jornal "Nós Mulheres".

"A partir do 1.º Congresso da Mulher Paulista, agora em março, uma série de grupos de mulheres estão se articulando na luta por creches, na revisão do projeto da nova CLT do governo. Podemos nos unir a todas essas mulheres, agora que o nosso trabalho lá fora está em contato com o de deputadas e vereadoras, aqui dentro."

Um lugar para os filhos

A existência de boas creches, com espaço e orientação pedagógica adequada, é condição fundamental para que a mulher possa participar na vida política do País. Além disso, enriquecem a educação das crianças, que desde cedo partem para o convívio social e a experiência de vida coletiva. Essas são as principais razões porque as mulheres que participaram da segunda reunião preparativa do Encontro sobre a Participação da Mulher resolveram engrossar o "Movimento de Luta por Creches", que existe em São Paulo desde o 1.º Congresso da Mulher Paulista.

Sem qualquer espécie de alternativa, tendo que sair à luta pela sobrevivência, milhares de mulheres deixam diariamente seus filhos largados na rua ou presos dentro de casa o dia inteiro, arriscados a sofrerem um acidente e carentes do cuidado e proteção de que toda criança necessita. Responsabilidade das mães?

— "Dos 7 aos 14 anos" — diz Irma Passoni — "está na lei federal que o Estado é responsável pelas crianças. Antes dos sete, porém, há uma responsabilidade dividida que na verdade ninguém assume. O que ocorre geralmente é o seguinte: você localiza um terreno, manda para o Cebes, que é a Coordenadoria do Bem Estar Social, da Prefeitura. Ela manda para o Patrimônio, e daí vai de um setor para outro, uma burocracia danada, simplesmente para acabar com a paciência do pessoal que está na luta por creches."

TRABALHO

Em São Paulo existem apenas quatro creches inteiramente financiadas e mantidas pela Prefeitura, cuidando de 1072 crianças. Além disso, existem 20 creches indiretas, cujos prédios e equipamentos são financiados pela Prefeitura, mas são mantidas por entidades particulares, atendendo 4.540 crianças; e 90 creches particulares que

atendem 11 mil crianças e mantêm convênio com a Prefeitura para orientação. O total de crianças atendidas é de 16.612, o que não significa nem 1% da população necessitada.

Além disso, a situação das creches particulares ou em convênio com a Prefeitura é muito precária, como mostra o relato de algumas mulheres. Josefina Nascimento, presidente da Sociedade Amigos do Bairro de Figueira Grande, é administradora da creche do bairro. Ela conta:

"Tivemos uma luta de cinco anos sustentando a creche. Quando conseguimos convênio com a Prefeitura era tão pouco que só dava para funcionar como pré-primário, com crianças de 3 a 6 anos. Devia ser tudo financiado pelo Governo, com funcionários bem pagos, que cuidar de criança dá muito trabalho. Na nossa, é gente do bairro mesmo que trabalha, e nem se pode dizer que recebem salário, de tão pouco que é. Os pais colaboram conforme as possibilidades e a gente tem psicólogas que ajudam como voluntárias."

A vereadora Yvone Soares, de São Bernardo, conta sobre outro tipo de experiência:

"Lá em São Bernardo a gente está formando creches comunitárias, onde as próprias mulheres dos bairros tomam conta dos filhos daquelas que trabalham. É paliativo, porque tira o problema da mão do Governo. Como se disse na outra reunião, não é para as firmas que a gente deve pedir creches, porque multinacional só quer lucro e mais nada. A gente tem que exigir de quem de direito, do Governo. Agora mesmo entrei com um pedido de creche para os funcionários públicos."

DEPÓSITO

Glória de Nazaré trabalha numa creche (ou depósito de crianças, como ela diz) no setor Cupecê:

"A nossa creche lá é uma igreja que o

padre abriu as portas pras crianças ficarem. Não temos condição nenhuma, é um sufoco conseguir alimentação. Um dia é uma padaria que dá o pão, um dia é outra. Tem uma funcionária para cuidar de cada 20 crianças. A gente trabalha lá, mas não está preparada, só sabe que a educação deve ser mais livre que no nosso tempo. Contamos com orientação da psicóloga da Prefeitura e do SOF, Serviço de Orientação Familiar. A gente está cutucando as mães pra não se acomodarem, porque existe coisa melhor, que a gente precisa conquistar."

Creches adequadas, que propiciem o desenvolvimento físico e psicológico de nossas crianças. Não só pela necessidade de trabalhar, mas também pelo direito da mulher à participação na vida política do País. E principalmente pelos bons resultados da educação coletiva no crescimento das crianças. São essas as reivindicações do Movimento de Luta por Creches, que está unificando todas as lutas isoladas nos bairros e criou uma comissão de psicólogos, pedagogos, professores e arquitetos para pensar no projeto da creche que se reivindica.

— "O encaminhamento da luta está sendo feito, só falta a gente engrossar" — diz Irma. "Porque não existe nenhuma Prefeitura, em São Paulo ou qualquer outra cidade, que tenha preocupação com nossas crianças. De colocar como prioridade na verba de 79 ou 80, que já foi determinada, uma quantia para se construir creches. Não interessa a esse sistema político-econômico. Nem vai interessar, se não houver uma grande pressão, não só em São Paulo, mas a nível de Brasil. Precisamos fazer um estudo e verificar de onde podem vir essas verbas, para que sejam constantes, não só de vez em quando. Agir em nossa defesa é condição de sermos povo, um povo livre e organizado, que receba benefícios por aquilo que produz."



Nós, as mulheres negras

Theodora Roderio Ribeiro, 52 anos, advogada, deputada estadual pelo MDB. Casada tem um filho.

"Fui a primeira mulher negra eleita no Brasil. Vejam vocês que minha luta foi dupla. Fui eleita em 69, quando a mulher negra era olhada, e ainda é olhada, como empregada, subsidiária, prostituta. São duas lutas: entrar no campo político como mulher e na sociedade onde nós, negros, estamos em último plano. É verdade que não recebi de nenhum companheiro restrição frontal e direta. Mas o pensamento é um mistério. Nessas periferias por aí, além do problema econômico, temos o problema da comunidade negra, da mulher negra."



"Chegaram a me bater"

Yvone Soares de Souza, vereadora pelo MDB em São Bernardo do Campo. Tem 23 anos, solteira, formada em Comunicação.

"Entre os vereadores de São Bernardo, sou minoria de uma, a segunda mulher a ocupar a Câmara. A primeira foi uma tal de Izabel, que andava de chicote e falava muito palavrão, por volta de 1954. Quando me candidatei muita gente falava 'como é que pode, uma mulher?'. Eu era candidata dos estudantes, mas desde o início deixei bem claro que não ia me limitar a essa área, como queriam alguns. E parti para os bairros. Agora, nas greves de março, a gente ia para as portas das fábricas ajudar a conter a violência policial, apesar de vereador não ter imunidade. Cheguei até a apanhar. 'Em São Bernardo eu sinto que hoje as mulheres estão prontas para participar ativamente da vida política, mas não têm condições, nem físicas nem psicológicas. Estou tentando montar algum esquema para a instalação de novas creches, mas elas precisariam ir à Câmara para pressionar. E não podem, estão amarradas ao cuidado com os filhos, aos serviços de casa, tudo isso mais o trabalho fora de casa. Já presenciei mães que deixaram filhos trancados no barraco enquanto foram trabalhar e eles se queimaram, morreram queimados. É falta de creches, desigualdade de salário, é custo de vida... Temos que ver quais os problemas específicos da mulher para depois ver como ela pode participar efetivamente na política, que pode ser no bairro, na área sindical, num clube de mães".



"Fábrica é um sufoco"

Glória de Nazaré, 38 anos, casada, metalúrgica desempregada. Trabalha no Movimento Contra a Censura, no Comitê do MDB de São Paulo e no Movimento de Luta por Creches.

"O importante é ver como encaminhar essa discussão para uma perspectiva popular. Descobrir como, concretamente, chegaremos lá. Fico pensando que é difícil parti-

cipar porque a própria vida que a gente leva é um sufoco. Trabalho numa creche do Cupecê, e lá a gente vê mulher com criança no colo, toda manhã, doida procurando lugar onde deixar o filho e ir trabalhar. Se mora em casa alugada, a casa é um bequinho onde se escondem filhos, marido e mulher. Quer dizer, não se pode nem ter uma vida sexual normal. Trabalha a mulher, trabalha o marido, os dois doidos pro filho crescer logo, pro filho trabalhar. Ele é sufocado por causa da produção, por causa do salário, e a mulher tem que aguentar os problemas dos filhos na escola, do marido que vem revoltado por causa da situação na fábrica. Vai no mercado, é tudo caro: as crianças mal alimentadas; o que a gente tem visto é isso aí. Então, se ficar chorando a vida inteira vai morrer. Tem mesmo que tomar uma atitude.

Quero falar um pouco também sobre a mulher na fábrica. A gente fala que a mulher é acomodada, mas se vai conversar com um companheiro sobre o Sindicato, tem uns que tiram sarro da cara da gente. As meninas saem correndo do trabalho porque a família está esperando, não dá tempo nem de discutir os problemas da fábrica. Mas o pior mesmo é conseguir emprego. Meu marido até andou falando besteira, que mulher quando tem dificuldade de achar emprego deve levantar a perninha para o chefe. Porque você vai fazer ficha numa firma, tem certeza que fez tudo certinho e chega na hora a moça fala que não tem vaga. A placa está lá. Você não sabe se é problema de idade, de ser casada. Eu não tenho preconceito de ter essa idade, porque tenho toda a coragem para trabalhar. Mas a podridão que está aí, obriga você a achar que não tem mais condição".



Onde está a mulher?

Irma Passoni, 36 anos, professora e deputada estadual pelo MDB. Eleita pelos movimentos de periferia, tem dois filhos, um deles recém-nascido.

"Esta reunião é o começo do que pretende ser um congresso, um encontro sobre a participação política da mulher, que para mim tem uma importância definitiva. Não que a gente defenda a ideia de que a mulher deva participar sozinha. Mas, por exemplo, na Assembleia há 79 deputados e só nós três mulheres — Theodosina, Nodeci e eu. O que significa isso? E na vida normal da

gente, no dia-a-dia, como está a participação política da mulher?

A condição pra gente se sentir bem, com poder pra mudar as coisas, é participar. Nem todo mundo enxerga isso, porque a propaganda e as leis, estão aí para dizer à gente que mulher é para outras coisas, estar sempre bonitinha e etcetera. A sociedade faz questão de nos dividir, de nos massacrar com a propaganda. Então, minha preocupação é criar cada vez mais grupos de discussão, discussão bem ampla para quebrar com o isolamento em que vivem tantas mulheres. Senão vamos ser massacradas pelo resto da vida, e a de nossos filhos, e a de nossos netos.

"Precisamos discutir sobre a unificação dos vários movimentos levados pelas mulheres. É talvez uma boa ideia unificar o que é comum, respeitando a especificidade de cada movimento. Temos gente de periferia de clubes de mães, sociedades amigos de bairro, comitês. E temos jornalistas, sociólogas, professoras, vereadoras, deputadas. Precisamos pensar como poderemos trabalhar juntas por uma mudança social."

"Quando a gente vem do trabalho de periferia, da luta do povo, para uma Assembleia legislativa, vê que ela não existe para mudar as coisas, mas para ajudar a mantê-las do jeito que estão. A gente assistiu às greves dos metalúrgicos, dos jornalistas. E em seguida a um número enorme de demissões. É só remendo. Então a gente deve pensar na mudança de todo um sistema, e para isso é indispensável que as mulheres participem."

A luta da trabalhadora

Eva Altamira Bely, professora da USP, tem trabalhos publicados sobre o trabalho da mulher na indústria e na política.

"Sobre a luta por creches, quero dizer que não interessa que nenhuma empresa dê creche, porque é uma maneira de amarrar o operário e cobrar indiretamente através do salário. De quem nós temos que cobrar é do Estado, do município, do governo federal. Como um direito, a volta do imposto que pagamos. Outra coisa: observando aqui, estou vendo mulheres pobres, operárias ou não, não importa: mulheres salário mínimo ou menos que salário mínimo. E intelectuais: sociólogas, jornalistas, professoras, deputadas, vereadoras. Está claro que quem está se preocupando com o problema da mulher ou é pobre ou é intelectual, por afinidade ideológica e princípio político. Não é, por exemplo, preocupação da mulher da classe média, que em princípio não precisa de creche — prefere uma babá. É importante registrar que, no Brasil, esse é um movimento que está se formando a partir das mulheres que sofrem a maior carga de pressões da sociedade."



Apenas um efeito na Câmara?

Miriam Schiel, 36 anos, casada, mãe de duas filhas, é vereadora em São Carlos, pelo MDB. Professora universitária, faz curso de mestrado em Psicologia Social na USP.

"Também sou minoria de uma na Câmara de São Carlos. Quando entrei na

campanha a reação foi 'é mulher, vai enfeitar a Câmara'. Logo desmistifiquei essa imagem indo aos bairros a pé, mostrando que não era bonequinha.

Mesmo porque sou bem brava e no primeiro berro respondi com berro também. Isso despertou muita agressividade contra mim, mesmo dos próprios companheiros do MDB, que esperam submissão de uma mulher. Na história de São Carlos sou a segunda mulher vereadora. A primeira foi em 48, uma senhora muito respeitável que se desmanchava em lágrimas quando alguém falava um pouco mais alto com ela."

"Isso é uma parte; a outra é o meu trabalho de reivindicação nos bairros. Esta-

mos lutando a Câmara para fazer pressão e conseguir as melhorias necessárias. Conseguimos, por exemplo, fechar uma fábrica por poluição. Há anos se vinha tentando, mas só a presença em peso da população na Câmara conseguiu."

"Quero ainda falar de uma mulher em São Carlos que trabalha com a gente e é excepcional. Tem seis filhos, um marido que bebe tudo o que ganha, ela trabalha como empregada doméstica e é uma líder no bairro. A vida dela é muito mais sacrificada que a de muitas mulheres que não participam, mas trabalha efetivamente na comunidade. Há também o condicionamento que desde criança nos ensina que nossa atuação não é importante."

As mulheres estão organizadas nestes grupos:

Associação das Donas de Casa — Formada por donas de casa da periferia de São Paulo, que trabalham ativamente na vida da comunidade. Nele as mulheres aprendem desde trabalhos manuais até a pesquisar sobre as necessidades do bairro, coletando assinaturas para suas reivindicações. Elas próprias encaminham seus pedidos às autoridades e um dos resultados dessa luta é o das "creches de pressão".

Centro da Mulher Brasileira — Surgiu com a realização de seminário sobre problemas da mulher, realizado em 1975 no Rio. O Centro atua junto à comunidade e seus problemas específicos e realiza estudos sobre o trabalho e a sindicalização da mulher. Dizem suas responsáveis: "Cada vez mais nos distanciamos do caráter sexista da luta da mulher, para privilegiar a problemática da mulher trabalhadora."

Grupo Pró Mulher — Criado em fins de 1977, tem por finalidade levantar problemas e desenvolver estudos teóricos e práticos sobre a condição da mulher, reformular estratégias de ação para as reivindicações surgidas, denunciar e divulgar resultados de estudos às comunidades, poderes públicos, meios de comunicação e empresas. Além disso, a Pró Mulher oferece orientação médica, jurídica, educacional e organiza cursos e conferências. No momento, participa da revisão do projeto da nova CLT, apresentado pelo Governo.

Clube das Mães — No início eles eram patrocinados por mulheres que se dirigiam aos bairros da periferia e se dedicavam às obras assistenciais. Hoje eles continuam vinculados à Igreja, mas cerca de 100 deles seguem uma nova orientação surgida em 1970. As mulheres levantaram a necessidade de uma participação mais ativa, onde se valorizassem como tal e atuassem na resolução de problemas de seu bairro e da sociedade em geral. São reivindicações desses grupos: salários justos, melhor alimentação, mais saúde, escolas, creches para todos, postos de saúde nos bairros, respeito aos direitos da pessoa, mais justiça e outras relacionadas a melhores condições de vida.

Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira — Foi fundado em 1975 e compõem-se de 78 grupos de trabalho, que levantam problemas do sexo feminino, como a discriminação no trabalho, condições de saúde, gravidez de alto risco, melhores condições de vida nos bairros, custo de vida, anistia. Atuam em três áreas específicas, a de estudo e pesquisa, de divulgação e publicações e de contatos.

Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos — Surgiu em 1977, quando as mães se reuniam para trocar ideias sobre seus filhos e o momento político. Entre seus objetivos estão a defesa das justas reivindicações dos filhos, a volta ao Estado de Direito, única forma legítima de defesa dos direitos humanos, e trabalho para o bem comum da sociedade.

Sociedade Brasil Mulher — Grupo que atualmente publica o jornal "Brasil Mulher". Surgiu em 1975 em Londrina, vinculado ao Movimento Feminino pela Anistia, a qual se desligou a partir do segundo número do jornal. Além de fazer reportagens, pesquisas e entrevistas sobre a problemática feminina, solidariza-se com todos os grupos que lutam pela liberdade dos setores oprimidos e explorados da nossa sociedade.

Movimento Feminino do MDB — Uma das organizações do partido da Oposição, convoca as mulheres para a luta lado a lado com o homem. A intenção é fazer as mulheres assumirem sua representação política, participando dos três poderes da república e lutando contra os preconceitos históricos sobre a posição da mulher.

Movimento Feminino pela Anistia — Com núcleos de representação em todos os Estados, o movimento surgiu em 1975. Sua luta é pela anistia ampla, irrestrita a todos os presos e banidos políticos do País.

Associação das Mulheres — O grupo se dedica atualmente à publicação de cadernos sobre problemas da mulher. Já publicou um sobre o movimento feminista na Espanha, sobre as mulheres e os sindicatos na França e Espanha e um caderno sobre a história vista pela ótica da dona-de-casa, em quadros, com texto feito pela Associação das Donas de Casa da Zona Leste. As próximas publicações serão sobre a mulher e o sindicato no Brasil, sobre a sexualidade feminina e sobre a posição ideológica dos grupos de mulheres de São Paulo e Rio. Junto com o Grupo Nós Mulheres, a Associação das Mulheres editou, durante dois anos e meio, o jornal "Nós Mulheres".

Grupo Nós Mulheres — Projeto atualmente uma revista que venha substituir o jornal "Nós Mulheres", interrompido por falta de verbas. Além disso, faz um trabalho de assessoria junto a grupos de periferia, com projeção de filmes, palestras e publicações.

Movimento Contra a Censura — Um dos movimentos sociais mais importantes atualmente no Brasil, nasceu da atuação das mulheres dos Clubes de Mães, chegando hoje a ganhar um caráter nacional e ampla participação popular.

FAVELADOS CONSTROEM CRECHE COM RECURSO PRÓPRIO

A partir de 1.º de agosto as crianças de até seis anos de idade que habitam a favela San Remo, localizada entre a Cidade Universitária e a avenida Corifeu de Azevedo Marques, no Butantã, terão um lugar para ficar enquanto suas mães estiverem trabalhando. Nesta data entrará em funcionamento a creche idealizada e construída pelos próprios favelados, que oferecerá toda a assistência convencional para as 30 crianças que ali permanecerão.

Luis Carlos Vioti, favelado encarregado da creche, disse que "embora estejamos enfrentando algumas dificuldades com os poderes

públicos, que criam todo tipo de obstáculo para atender às nossas necessidades, acredito que a partir do dia 1.º de agosto nossa creche já estará funcionando. As obras estão praticamente concluídas e dependemos somente da ligação da Light para podermos inaugurá-la na data prevista".

IDEIA

Luis Carlos Vioti, contando como surgiu a ideia de construir a creche e as dificuldades que os favelados tiveram que enfrentar para levar o plano adiante, afirmou que "o pessoal que mora nesta favela é muito unido e, quando começamos a reivindicar água encanada e luz para os

barracos, criamos uma Associação para organizar e construir a creche".

"Conseguimos reunir 500 famílias na Associação, que contribuem mensalmente com uma quantia de 20 cruzeiros cada uma" — continuou Vioti. "Além disso, estamos arrecadando materiais, como berços, roupas etc., de todas as pessoas que os quiserem doar e também já assinamos convênio com a Prefeitura para a manutenção da creche, pelo qual em todos os gastos que tivermos com as crianças, 70% correm por conta do Município."

DOAÇÕES

A creche da favela San

Remo — um barracão de madeira de 9 por 19 metros instalado em terreno com pequena área livre, dentro da favela — está praticamente concluída, faltando apenas a instalação de janelas e ajardinamentos. A comunidade do Butantã sensibilizou-se com a ideia dos favelados, e já foram doados à creche vários bercinhos e outros materiais próprios para crianças.

Luis Carlos Vioti lembra que as doações podem ser entregues no 16.º Batalhão da Polícia Militar Metropolitana, na avenida Corifeu de Azevedo Marques ou então diretamente na creche.

El Tande 23/7/79

FEMINISMO

Por que feminismo

Nossa perspectiva é abrir o debate sobre a questão da mulher. Debate este que deve interessar a homens e mulheres, porque um dos objetivos é o de aprofundar as questões que serão abordadas neste artigo para que possamos ter uma visão mais crítica do mundo no qual estamos inseridos e, a partir daí, nos posicionar melhor.

Embora este primeiro artigo tenha sido feito apenas por mulheres, isso não significa absolutamente uma coluna feminina e, portanto, restrita à participação das mulheres. Esta é uma coluna feminista e dela devem participar todos, homens e mulheres, que se sintam de alguma forma comprometidos com este tema.

Origem da discriminação

Para que possamos compreender porque as mulheres são discriminadas, é preciso que tenhamos claro os mecanismos pelos quais a sociedade em que vivemos se sustenta para desenvolver o processo de exploração de uma classe (classe dominante) sobre outra (classe dominada).

A discriminação da mulher adveio da divisão social do trabalho: o homem na produção, a mulher no trabalho doméstico. Obviamente, esta divisão acarretará condições discriminatórias para a mulher na medida em que o homem, participando da produção, evidentemente participará da vida política e social, enquanto que a mulher, restrita ao trabalho doméstico, estará excluída e, portanto, marginalizada da vida pública.

Como o trabalho doméstico não possibilita troca, ou seja, lucro, conseqüentemente não é valorizado, daí a necessidade de uma ideologia que justifique sua desvalorização: uma ideologia que apele para a inferioridade da mulher, inclusive "provando" por dados "científicos" que ela é física e mentalmente inferior ao homem.

Por que as mulheres são discriminadas?

Com o desenvolvimento do capitalismo, a mulher é recrutada cada vez mais como mão-de-obra geradora de lucro e, ao lado do homem, passa a participar da produção. Todavia, continua ainda executando o trabalho doméstico, inteiramente gratuito, que, embora não valorizado, é necessário ao capitalismo. Por que? Porque o homem, não precisando lavar, passar, preparar sua marmitta etc., "economiza" sua energia e a canaliza para a produção.

Desta forma a mulher reproduz a força de trabalho, pois fornece a infra-estrutura para que o homem produza. E, além disso, a mulher responsabilizando-se pela criação e guarda dos filhos também ajuda na reprodução da força de trabalho, pois os filhos que educa serão os futuros trabalhadores.

Assim, a mulher tem dupla utilidade ao capitalismo: como trabalhadora assalariada e como reprodutora da força de trabalho (trabalho doméstico). Desta forma se caracteriza a dupla jornada de trabalho da mulher, o que a torna duplamente explorada. E isto acontece porque, de um lado, a ideologia dominante estabelece uma condição de inferioridade da mulher em relação ao homem, que de tal forma é assimilada pelo próprio homem que o faz tornar-se aliado dos dominantes, na medida em que acredita piamente nessa inferioridade e em todos os valores que dela emanam. De outro lado, porque esta ideologia fornece à mulher valores (mãe, rainha do lar, guardiã dos filhos, companheira do homem etc.) que a levam a aceitar toda a inferioridade que lhe é imposta. Finalmente, o homem compactuando com esta ideologia e aceitando a inferioridade da mulher, discriminando-a no trabalho, concorrerá para rebaixamento dos salários. Como?

Existe uma mão-de-obra disponível, que ainda não foi absorvida pela produção. Esta mão-de-obra forma um verdadeiro exército de reserva. A mulher veio a engrossar este exército, aumentando, conseqüentemente, a concorrência entre os trabalhadores na disputa das vagas. Como a mulher recebe menos, isto vai provocar um rebaixamento dos salários de todos os trabalhadores, devido à própria concorrência.

Como vemos, esta situação de discriminação da mulher serve a penas ao sistema, pois assim pode melhor explorar tanto homens quanto mulheres.

Portanto, a ideologia que discrimina a mulher, ou seja, a ideologia machista, é necessária para que se mantenha e se desenvolva o processo de exploração. Assim, tanto homens quanto mulheres são impregnados de toda esta ideologia, que é interiorizada e reproduzida através de todos os seus atos.

Como esta ideologia é transmitida aos indivíduos?

Na sociedade capitalista, a família tem um papel importantíssimo. Através dela, com a procriação, vão se desenvolver outros trabalhadores para a exploração da força de seu trabalho. E preciso então que a família se sustente em toda a sua estrutura na sociedade capitalista, por isso tanto os homens como as mulheres são educados para assumirem um determinado papel.

O homem foi educado para não chorar, brincar com carinhos, brincar na rua, ter mais liberdade, ser bom trabalhador, prover o susten-

«UM
Interlúdio
de Outono»,
de
Charles
Robinson.



to da família, ter um bom desempenho sexual etc. Desde cedo foi condicionado a exercer uma dominação sobre a mulher em todas as relações que com ela mantém (MÃE; NAMORADA; MULHER, irmã etc.).

A educação da mulher configura-se como uma imposição de padrões que tentam circunscrevê-la nos limites do universo familiar. Os próprios brinquedos (boneca, cadeirinhas, panelinhas, caixinha de costura etc.) já visam o seu condicionamento. As brincadeiras (casinha, não subir em árvores; não brincar na rua, postura física etc.) tentam criar-lhe uma imagem de fragilidade e torná-la receptiva à aceitação dos papéis que mais tarde lhe serão exigidos (mãe, esposa, amante etc.). Assim, a mulher é condicionada a aceitar seu papel na sociedade através do cultivo de ideias em torno de sua suposta fragilidade física e psicológica; da mistica de ser mãe e responsável pelos filhos; de ser a cara-metade do homem; da exaltação de sua beleza como padrão imposto etc.

Através de todo este condicionamento, a mulher tenta sublimar todo o seu potencial para somente se empenhar na satisfação destes padrões, aceitando conseqüentemente a discriminação sexual que lhe é imposta como ser passivo, objeto de uso, fonte geradora de prazer. E é por esta razão que todo o seu universo mental é dirigido para as relações monogâmicas com o homem. Tudo é feito com um determinado fim: o casamento.

Como conseqüência desta educação opressora, homens e mulheres não desenvolvem uma consciência crítica em relação ao mundo que os cerca.

Não é somente através da educação que a ideologia dominante é interiorizada. Existe toda uma indústria cultural a cultivar padrões e normas de comportamento. O rádio, a televisão, as revistas, os jornais são utilizados para condicionar homens e mulheres, levando-os a um distanciamento do mundo objetivo que os cerca. Por exemplo, o consumo visa quase que inteiramente a mulher e grande parte da publicidade lhe é dirigida, "dignificando-a", exaltando suas qualidades, fazendo comparação entre a mulher que possui determinado produto e a que não possui ("veja como à minha roupa é muito mais branca que a sua"). Cria-se assim um alto nível de competição entre as próprias mulheres.

Além disso, a mulher vive lutando com a contradição de ser bela e de ter que trabalhar duro no lar. Como parecer bonita e tranqüila ("homem não gosta de mulher feia e cansada") depois de tanto trabalho? Uma solução é comprar eletrodomésticos que diminuam o seu trabalho e outra é comprar mais cosméticos, buscando uma juventude eterna. Se possível, para o bem das indústrias, as duas soluções devem ser combinadas.

Além da educação e da propaganda, a religião vai desempenhar um papel fundamental na propagação da imagem da inferioridade da mulher, através do mito da Virgem Maria, da dor do parto, do arrependimento da Madalena, etc.

Histórico do movimento feminista.

Num dado momento histórico a mulher é levada a trabalhar fora do lar devido à crescente necessidade de mão-de-obra no mercado de trabalho (período pós-guerra), aliada à tentativa de se elevar o nível econômico da família, em constante depreciação.

Essa participação da mulher no mercado de trabalho foi a mola propulsora da consciência de sua importância enquanto elemento produtivo e atuante. Através dessa consciência, ela percebe

sua discriminação no salário, quando desempenha o mesmo trabalho que o homem e recebe menos; quando se depara com obstáculos no acesso a cargos de maior responsabilidade; o quando lhe é vedada a participação política e social.

A partir daí a mulher sente a necessidade de se unir e lutar pelos seus direitos. É uma luta eminentemente jurídica: luta pelo direito de voto. A mulher não percebe ainda a extensão da discriminação de que é objeto. Mas o primeiro passo já está dado.

No decorrer da década de 60, surge nos EUA e Europa uma outra mobilização das mulheres, já se auto-denominando "feministas", lutando pela sua liberdade sexual, ou seja, reivindicando a propriedade de seu próprio corpo.

Esses movimentos feministas caracterizaram-se pela deflagração da luta radical entre os sexos, daí a denominação de sexistas.

O movimento sexista levantou a bandeira de luta contra o homem, porque viu nele o seu dominador, esquecendo-se de que ele também era dominado, não passando de mero instrumento de reprodução de um sistema que tem na ideologia machista um de seus pilares.

Esse movimento tenta destruir radicalmente a imagem da mulher-objeto, através de uma mudança total dos padrões de comportamento, criando uma moda particular, abolindo a maquiagem, delatando greves sexuais, etc.

O grande erro desse movimento é não atacar a infra-estrutura econômica e política que sustenta a ideologia machista, mas voltar-se contra o homem, um simples reprodutor dessa ideologia. Através dessa análise errada, a estratégia também vai ser errada. As sexistas, ao atacarem o machismo, acabam incorporando e reproduzindo os padrões machistas, numa tentativa clara de inverter as personagens da dominação. De dominadas tentam ser dominadoras.

O grande mérito do movimento sexista foi o de impulsionar novos grupos feministas que tentam corrigir os erros anteriores.

Perspectivas do feminismo

Hoje, a tentativa dos novos grupos feministas de reabilitar o feminismo encontra sérios entraves. Isto porque a imagem dos grupos sexistas que foi passada para a massa está fortemente arraigada como sendo uma luta contra o homem. E, além disso, o sistema se aproveita dessa imagem para esvaziar o movimento, taxando-o de um movimento de mulheres feias, frustradas e lésbicas.

A luta feminista não é uma luta contra o homem e sim contra um sistema que oprime homens e mulheres. A ideologia machista oprime tanto homens como mulheres, já que ambos não são livres para decidir seu próprio destino, com a agravante de que neste estado de coisas a mulher é muito mais oprimida, pois é inferiorizada em relação ao homem.

A classe dominante, sabendo que com a libertação da mulher seriam minadas suas bases, pois a luta feminista questiona os alicerces da dupla moral sexual (que prevê um código de comportamento sexual diferente para o homem e para a mulher), da monogamia, e conseqüentemente da propriedade privada, procura esvaziar o movimento, safando-se como real inimigo e tentando colocar em seu lugar o homem como inimigo da mulher. Por isso tenta tornar o movimento de libertação da mulher inócuo, impedindo que ele siga os seus verdadeiros rumos, ou seja, andar lado a lado com a luta geral pela transformação de toda a sociedade.

DICA & INFORMAÇÕES

• Amigos Filatelistas: aqueles que não conhecem e nem participam, uma boa é o jornalzinho "Divulgando". Além de aumentar o seu círculo de trocas, informa sobre assuntos relativos a filatelia e numismática. Para recebê-lo, basta escrever para a Caixa Postal, 360 - Catanduva (CEP 13800). Ah! remeta 10 cruzeirinhos, relativo ao porte anual.

• Enquanto nosso mensário organiza seus diversos departamentos, quem desejar veicular compras, vendas ou outras transações em matéria de "classificados", poderá dirigir-se a este seu escriba.

• Palmas para os "meninos da Vila". Santista que sou, após um estalante campeonato, rendo minhas homenagens aos garotos que, com ou sem regulamento esdrúxulo, levaram o "caneco". Os sampaulinos que me desculpem.

• Esta coluna também pretende divulgar os acontecimentos sociais que envolvam nossos colegas de trabalho e seus respectivos familiares. Se você tiver um aniversário, casamento, primeira comunhão, etc., para veicular, dê uma de Ibraim Sued, que nós publicaremos.

• Por falar nisso, a Neuzinha do RECRI, criou coragem e colocou aliança na mão esquerda, no dia 28. P.P. Parabéns aos nubentes, com votos de muito sucesso na vida a dois, em que se iniciam.

• "Numismática". Que, as pequeninas moedas de Cr\$ 1,00, lançadas este ano, já estão circulando. V. já sabe. O que deve ser novidade é que as moedas de mesmo valor, que entraram em circulação em 1977/78, devido à pequena tiragem, já estão valendo entre 30 e 50 cruzeiros. Vocês não têm algumas para me arrumar?

• O ovo, dependendo da receptividade, pretende manter uma seção de filatelia. Quaisquer interesses ou informações, falar comigo. Na impossibilidade da criação de um espaço dedicado aos colecionadores de selos, irei dando algumas dicas sempre que possível, nesta coluna mesmo.

• A festa junina em Valinhos, segundo os comentários (já que não compareci), esteve boa. Compareceram cerca de 200 pessoas aproximadamente. Como fazer, foi ótimo, mas a festa, em si, não teve a animação esperada. Por isso, fico pensando. E se dispuséssemos de um local aqui em São Paulo, seria que não compareceriam muito mais associados, e não haveria maior animação?

• Pensamento do mês (a Nicarágua): "A árvore de Liberdade precisa, de tempos em tempos, ser regada com o sangue dos tiranos".

Benê — ramasi 480/

A Lei da Creche e sua funcionalidade

Art. 389: Toda a empresa é obrigada:

§ 1º — Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres, com mais de 16 (dezesseis) anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação.

§ 2º — A exigência do §1º poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do Sesi, do Sesc, da Lba ou de entidades sindicais.

A C.L.T., quando legisla o trabalho da mulher, define, em seu Art. 389, a obrigatoriedade das empresas de manterem creches.

Como podem existir alguns inconvenientes para a instalação de creches nas próprias empresas, o §2º prevê outras saídas.

Tipos de Creche

Sob este aspecto, consideramos oportuno informar, resumidamente, algumas das organizações existentes no Estado, que são classificadas como creche: direta, indireta e particular.

A creche direta (são quatro em funcionamento, hoje em São Paulo) é totalmente mantida pelo Estado, através da Secretaria de Promoção Social, atendendo à lotação média de 150 crianças, cuja verba mensal liberada é de Cr\$ 1.400,00 para cada criança (índice de 1978).

As creches indiretas são aquelas que mantêm convênio com a Prefeitura do Município, através da Coordenadoria do Bem-Estar Social. Este convênio limita-se apenas à cessão do prédio a entidades ricas (Lions, Rotary, etc) que têm condições econômicas para sustentar as creches. Atualmente, funcionam em número de vinte.

No caso das creches particulares, a questão é um pouco menos satisfatória, pois depende da entidade toda e qualquer manutenção, desde a instalação até sua localização. Por outro lado, estas creches podem requerer um convênio com a Prefeitura, mas somente após um período de funcionamento compreendido entre 6 meses a 1 ano. A partir daí é que será, possivelmente, subvencionada pela Coordenadoria do Bem-Estar Social, em 50% do valor-padrão, ou seja, Cr\$ 700,00 destinados à manutenção de, somente, 70% das crianças em cada creche. Fato curioso é o de que aproximadamente 80 creches têm esse sistema de funcionamento. Este dado nos leva a inferir de que as creches não são investimentos prioritários por partes do governo.

Este é um quadro limitadíssimo em função do número de crianças que permanecem à espera de vagas em qualquer uma dessas creches pois, entre públicas e particulares, elas oferecem 44 mil vagas para 1 milhão e 300 mil crianças de até 7 anos de idade.

A insuficiência e inexpressividade do Estado em prol da orientação e desenvolvimento básico dessas crianças; a dificuldade de criação de novas creches dentro dessa estrutura pré-estabelecida; o desinteresse das empresas em manter berçários no local de trabalho ou convênios altamente satisfatórios bem como regimes comunitários, (★) vêm agravar ainda mais a situação da classe operária e média no que se refere ao futuro, bem-estar e segurança dos seus filhos.

MULTAS

Mas na realidade, o que acontece às empresas infratoras dessas leis? Simplesmente são obrigadas a pagar uma multa que varia de 1/5 a 2 valores de referência (Cr\$ 1.591,40), quando são atadas (Art. 401), isto é, se é que são fiscalizadas. A irrisoriedade dessa multa é tão flagrante que chega a servir de estímulo ao seu desrespeito por parte das empresas.

A lei não se esgota aí. Ela pretende atender ao interesse da mulher trabalhadora, já que esta não dispõe de tempo para cuidar de seus filhos. Desta forma, a lei apresenta a creche como uma solução, pois a mulher poderá trabalhar sossegada sem ter que se preocupar com o que possivelmente estará acontecendo com os seus filhos. Só que esta "solução" é temporária e por isso não interessa às mulheres, pois o período previsto para as crianças permanecerem nas creches termina aos 6 meses de idade. E depois de

decorridos esses 6 meses? Quem cuida das crianças para a mulher trabalhar? Por acaso a criança após o período de amamentação é auto-suficiente para não necessitar de cuidados?

Ora, este período é absurdamente insuficiente, que por pouco não chega a coincidir com a licença-maternidade. E notem que, em alguns casos, não só pode coincidir (nos casos de complicação no parto, por exemplo), como também o período em que a mulher estiver afastada do trabalho pode, inclusive, superar o período previsto para a creche. Isto ocorre nos casos em que a mulher possa utilizar férias, folgas, abonos, licença-prêmio; etc, acumulando à licença-maternidade; aliás, o que só acontece em determinados empregos públicos.

Como vemos, essa legislação é muito restrita porque o período de amamentação não é a única fase na vida da criança em que ela necessita de cuidados.

Está claro que essa lei não pode atender ao interesse da mulher trabalhadora, pois o filho continua depois dos 6 meses e com ele continua o problema. Daí a necessidade da ampliação deste período até, pelo menos, a idade pré-escolar.

Quem é responsável pela educação dos filhos?

Por outro lado, a mulher não é a única responsável pelos filhos e atribuir-lhe essa responsabilidade é discriminá-la, é tentar afastá-la do trabalho e do convívio social para cuidar dos filhos. Como ela poderá trabalhar em paz deixando os filhos menores sob os cuidados dos malorzinhos? Como os avós que vivem um universo completamente diferente do das crianças? Trancados dentro de casa, sujeitos a todos os acidentes domésticos? Ou soltos na rua? Serão todas as pessoas que dispõem de condições econômicas para pagar empregada, babás maternais, escolinhas, etc?

Pesquisa feita pela Secretaria do Trabalho, em 1971, mostrou que 46% das mães deixam as crianças com parentes; 21% deixam sozinhas; 5% com empregadas e 2% com vizinhos.

A mulher não precisa trabalhar apenas movida por questões econômicas. O direito ao trabalho é inalienável a todos os seres humanos. E como os filhos não são apenas da mãe, são do pai também, e, já que interessam a toda a sociedade, pois serão os trabalhadores de amanhã, a sociedade deve dar condições para que estes filhos cresçam e se desenvolvam em toda a sua potencialidade. Decorre daí a necessidade das creches. Uma necessidade que os pais têm para poderem se dedicar a outras atividades, além do trabalho. Por isso, a importância de creches que disponham de uma infra-estrutura capaz de dar às crianças condições necessárias para um sadio desenvolvimento físico e mental. Creches devidamente assessoradas por médicos, pedagogos, assistentes sociais, etc. Creches em que os pais interfiram diretamente na orientação dada aos filhos, participando efetivamente do processo educacional.

Convém ressaltar que a creche também é importante para a criança, porque, sob o ponto de vista educacional, ela se desenvolve potencialmente melhor no convívio com as demais crianças, seus amiguinhos, e portanto estará menos afeta aos traumas e complexos decorrentes da convivência constante com adultos.

Qual a nossa melhor opção?

E nós, pais e mães que trabalhamos no Banco Central do Brasil? Qual seria a viabilidade de uma creche a partir de todas essas reflexões? Creches em nossos bairros? Próximas ao local de nosso trabalho, ou mesmo uma creche no prédio novo, em pleno centro da cidade, com ar condicionado, elevadores e tudo mais?

A título informativo, cabe ressaltar algumas experiências vividas com a classe operária. Em muitas empresas, onde a creche foi instalada no próprio local de trabalho, os operários encontraram problemas de transporte com os filhos, já que a grande maioria não dispõe de condução própria. A precariedade dos transportes coletivos influiu diretamente no comportamento das crianças, traumatizando-as ao enfrentar junto com os pais, toda a neurose urbana.

(★) várias empresas sediadas numa área são mantenedoras de uma ou várias creches